



Faculdade de Arquitetura – Universidade de Lisboa

REDESENHAR E REQUALIFICAR O LUGAR INFORMAL - O BAIRRO NA CIDADE

O Bairro do Barruncho - Odivelas



Proposta de Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura

“Habitar no mínimo: O espaço mínimo necessário à habitação num lugar informal”

Autor: João Luís Fonseca de Almeida Guerra

Júri:

Presidente: Doutora Filipa Maria Salema Roseta

Arguente: Doutor Ricardo Jorge Fernandes da Silva Pinto

Orientador Científico: Doutor Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues

Coorientador Científico: Doutora Maria Manuela Ferreira Mendes

Lisboa, Outubro de 2014

Índice

Índice	2
Índice de figuras	3
Resumo	6
Abstract	7
Agradecimentos	9
Introdução	10
Capítulo 1. Estado da Arte	12
1.1. Dos bairros clandestinos às AUGI's	12
1.2. Origem e evolução do fenómeno	13
1.3. Breve introdução à “habitação mínima”	16
1.4. “Habitação mínima” em Portugal.....	18
Capítulo 2. Casos de estudo	19
2.1. Operações SAAL.....	19
2.2. Quinta da Malagueira - Álvaro Siza Vieira	21
2.3. Favela do Vidigal - Jorge Mário Jáuregui.....	23
Capítulo 3. Bairro do Barruncho: espaço e população	25
3.1. Percepção e leitura do Bairro	25
3.2. Bairro: território e população.....	34
Capítulo 4. Proposta projetual	56
4.1. Objectivos e estratégia da Proposta.....	56
4.2. Interpretação do Bairro do Barruncho.....	57
Capítulo 5. Conclusão	68
Bibliografia	70
Anexos	73

Índice de figuras

Figure 1- Planta de Implantação da Quinta da Malagueira, Évora	21
Figure 2- Esquício de sectorização da Favela do Vidigal	24
Figure 3- Praça de Articulação Favela - Bairro, Vidigal (Rio de Janeiro, Brasil)	25
Figura 4- Conjunto de "barracas" no Bairro do Barruncho	26
Figura 5- Diagrama de morfo-tipologias de agregação do edificado	27
Figura 6- Ortofotomapa de localização do Bairro	28
Figura 7-Planta das entradas no Bairro do Barruncho	29
Figura 8- Escola Básica Carlos Paredes, Póvoa de Santo Adrião (Odivelas)	30
Figura 9- Relação da Escola Básica Carlos Paredes com o Bairro do Barruncho	30
Figura 10- Planta de elementos de referência no Bairro do Barruncho	31
Figura 11- Planta da estrutura verde na envolvente do Bairro	32
Figura 12- Fotografias e Planta do Jardim da Póvoa de Santo Adrião	33
Figura 13- Pirâmide e estrutura etária dos residentes no Bairro do Barruncho	34
Figura 14- Origens geográficas e nacionais dos moradores do Bairro do Barruncho	35
Figura 15- Número de pessoas e de agregados familiares do Bairro do Barruncho	36
Figura 16- Tipologias dos agregados familiares da população do Bairro do Barruncho	36
Figura 17- Grau de escolaridade dos residentes e da população ativa por grupo profissional	37
Figure 18- Rendimentos mensais e situação laboral dos moradores	38
Figura 19- Gosto pelo Bairro e razões apresentadas pelos moradores	38
Figura 20- Atividades desenvolvidas pelos moradores	39
Figura 21- Locais de permanência das crianças após o horário escolar	40
Figura 22- Atividades dos moradores nos tempos livres	40
Figura 23- Necessidades de Equipamentos e Serviços	41

Figure 24- Outras Necessidades de Equipamentos e Serviços	42
Figura 25- Moradores entrevistados e localização da sua habitação no Bairro	43
Figura 26- Planta do Plano Urbano proposto para o Bairro do Barruncho	59
Figura 27- Modelo Tridimensional do Bairro do Barruncho	60
Figura 28- Modelo tridimensional do Plano proposto para o Bairro do Barruncho	61
Figura 29- T1 com garagem ou espaço para loja no rés do chão	62
Figura 30- T2 com garagem ou espaço para loja no rés do chão	62
Figura 31- T3 ou habitação conjunta para um casal e uma família pequena	63
Figure 32- T4 ou habitação para duas famílias pequenas	64
Figure 33- T5 ou habitação para família grande	65
Figure 34- T2 ou habitação para família média (sem garagem)	66

Resumo

O presente trabalho procura analisar uma das áreas críticas de génese ilegal da Área Metropolitana de Lisboa, mais concretamente o Bairro de Barruncho no concelho de Odivelas. É a propósito deste contexto sócio espacial que se desenvolve uma reflexão sobre a habitação mínima. Este conceito remete para a polivalência do espaço e sobreposição das diferentes atividades domésticas. Nesta linha de análise, discute-se a forma de utilização do espaço doméstico em habitações de pequenas dimensões, atendendo às especificidades do local de intervenção, bem como do perfil tipo dos potenciais residentes, basicamente famílias numerosas com origens étnico-culturais diversas.

Este projeto inclui ainda uma revisão dos conhecimentos sobre intervenções em bairros de génese ilegal e que serviu para identificar estratégias a aplicar em novos projetos, nomeadamente no contexto deste projeto final de mestrado.

Outro dos objetivos passou por identificar e caracterizar possíveis formas de intervenção sobre um bairro de barracas, uma vez que o objetivo central da proposta projetual passou por projetar habitações que configurem a conceção de espaço mínimo necessário aos atuais habitantes do Bairro do Barruncho. Neste sentido, procurou-se delinear estratégias que possibilitem a adaptação dos edifícios às necessidades e expectativas deste grupo específico de utilizadores, tanto do ponto de vista programático, como do ponto de vista da evolução dos modos de habitar. Assim sendo, propôs-se um sistema leve e funcional no bairro, para que a sua condição de adaptabilidade seja eficaz e de modo a que haja um pleno funcionamento nas formas de o habitar. Para tal, foi necessário fazer uma análise fenomenológica do lugar, uma reflexão sobre as formas de habitar num contexto de clandestinidade e uma análise à circulação dos moradores no bairro. Assim, de forma racional e controlada, foi desenvolvido um Plano Urbano que recupera a organização que se encontra presente no Bairro do Barruncho, adaptando-a à habitação em áreas mínimas e a dotando-o de equipamentos públicos.

Palavras-chave: Habitação mínima, Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), Tipologias, Família, Flexibilidade e Polivalência

Abstract

This study intends to analyze one of the urban areas of illegal origin of the Metropolitan Area of Lisbon, namely the Barruncho district in the municipality of Odivelas. It is in this social and spatial context that we develop a reflection about the minimum housing. This concept refers to the versatility of the space and overlap of different household activities. In this line of analysis, we discuss the form of use of domestic space in small dwellings, considering the specificities of the local intervention, as well as the profile of potential residents, mainly large families with diverse ethnic and cultural backgrounds.

This project also includes a review of knowledge about interventions in neighborhoods of illegal origin and which served to identify strategies to be applied in new projects, particularly in the context of this final master's project.

Another objective has led us to identify and characterize possible forms of intervention over a shantytown, since the main objective of design proposal was to design dwellings that characterize the design of minimum space needed for current residents of the Barruncho district. In this sense, we tried to devise strategies that enable the adaptation of buildings to the needs and expectations of this specific group of users, both from a programmatic point of view and from the point of view of the evolution of modes of inhabiting. Therefore, we proposed a lightweight and functional system in the neighborhood, so that your condition is effective and adaptability so that there is a fully functioning forms of the dwelling. For this it was necessary to make a phenomenological analysis of the place, a reflection on ways of inhabiting an environment of secrecy and an analysis on the movement of residents in the neighborhood. Thus, a rational and controlled manner, an Urban Plan was developed that retrieves the organization that is present in the Barruncho district, adapting it to a minimum housing areas and providing them with public facilities.

Keywords: Minimal housing, Urban Area of Illegal Origin (AUGI), Typologies, Family, Flexibility, and Polyvalence

Agradecimentos

Ao Professor Pedro Rodrigues e à Professora Maria Manuela Mendes pela disponibilidade e apoio prestado ao longo deste trabalho final de mestrado, enquanto orientador e coorientadora científica, respetivamente.

Aos meus amigos da Faculdade de Arquitectura pelo auxílio e motivação no desenvolvimento deste trabalho e aos amigos do dia-a-dia por estarem sempre presentes transmitindo-me confiança.

Aos meus pais e aos meus irmãos, pelo constante apoio ao longo de todo este percurso académico dando-me segurança para alcançar esta etapa que agora se encerra.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

Introdução

No final do séc. XIX, com a revolução industrial, Lisboa, ainda limitada ao seu centro histórico, registou um significativo aumento populacional que gerou uma densificação desse mesmo centro e conduziu ao desenvolvimento de novos espaços urbanos na periferia da cidade. Mais tarde, na década de 70, o regresso a Portugal de pessoas que habitavam as antigas colónias criou fortes reflexos nas dinâmicas territoriais da Área Metropolitana de Lisboa.

O aumento da população em Lisboa e a elevada necessidade de habitação fizeram surgir respostas à procura habitacional mais eficazes na periferia do que no centro; foi assim que apareceram vários bairros periféricos, alguns deles resultantes de processos informais, que conduziram a novas estruturas sociais e urbanísticas bastante diferentes da morfologia e das dinâmicas vividas no centro urbano de Lisboa.

Estes fenómenos quebraram os limites da cidade gerando novos núcleos urbanos sobre os terrenos que até então eram usados para fins agrícolas. A presença de espaços vazios em redor de Lisboa permitiu a construção habitacional e o aparecimento da figura do loteador, que num processo rápido de configuração de espaços gerou "ilhas" residenciais e aglomerados de edifícios de habitação que se organizavam segundo o princípio da maximização do rendimento privado. Estes aglomerados de habitação em altura surgiram desarticulados da malha da cidade de Lisboa, não só pela sua escala mas também por desvalorizarem o sentido de rua clássica, desenvolvendo-se a partir de uma via rápida transformada em eixo principal do aglomerado.

Contudo, para as classes média e baixa que não tinham posses para as elevadas rendas que se faziam sentir dentro dos territórios urbanos legalmente aprovados, estes conjuntos habitacionais não constituíam uma solução economicamente viável; por isso, na tentativa de procurar uma solução para os seus problemas, essas classes encontraram nos espaços baldios e nas quintas privadas da periferia, lugares aptos para se instalarem, tendo iniciado a sua apropriação de uma forma descontrolada.

Estas zonas, denominados por Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), são constituídas por um conjunto de construções precárias não licenciadas, foram construídas em três diferentes épocas: i)- até aos anos 60, ii)- dos anos 60 até Abril de 1974 e, iii)- depois de Abril de 1974(Araújo,Luís 2011: p.8-p.9).

Neste trabalho abordamos uma destas AUGI's, o Bairro do Barruncho, situado no Concelho de Odivelas, cuja construção teve início na década de 60 e se prolongou após o 25 de Abril, tendo acolhido bastantes cidadãos (retornados)¹ oriundos dos "PALOP" (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

Constitui objecto da presente dissertação perceber todas as ocupações, transformações e construções nestas áreas que implicaram uma série de factores económicos, políticos, sociais e culturais. Pretendemos também entender e debruçar-nos sobre a forma como estas áreas autónomas e isoladas do tecido urbano mantêm relações intrínsecas de coletividade e comunidade no seu interior. Partindo desta premissa, o estudo que apresentamos pretende analisar a implementação e o crescimento do Bairro do Barruncho e refletir sobre as relações sociais mantidas nesse local e sobre a forma de acomodação dos vários utentes dos espaços que construíram e onde habitam.

¹ Designação dada aos portugueses "brancos" que regressaram a Portugal após a independência das colónias em África (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e em especial Angola e Moçambique)

Capítulo 1. Estado da Arte

Neste capítulo apresenta-se, em primeiro lugar, uma breve resenha do fenómeno conhecido como “bairros clandestinos”, onde se incluem as AUGI’s; num segundo momento, abordamos o objeto central da nossa dissertação, ou seja, a “habitação mínima” enquadrada no contexto da intervenção projetual que propomos para o Bairro do Barruncho.

1.1. *Dos bairros clandestinos às AUGI’s*

A construção clandestina tem ainda hoje uma forte relevância em Portugal, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa (AML), na medida em que os fenómenos do loteamento e construção ilegais fazem parte da nossa realidade urbana recente. Podemos encontrá-los nas maiores cidades e nas orlas litorais (Ana Isabel Santos, 2008: 4)

Convém, contudo, esclarecer que, segundo Manuel Costa de Lobo (1989) em “O loteamento clandestino e a forma de o encarar numa prática correta de planeamento urbanístico”, os conceitos de construção e loteamentos clandestinos não são sinónimos de construção e loteamentos ilegais. De facto, a questão da clandestinidade refere-se às situações em que a lei é desprezada, ainda que exista um sistema legal operado por intermediários que atuam à margem dos órgãos municipais e centrais competentes; surge assim uma atividade que, segundo o autor, é “marginalizada e marginalizante” e “mais ou menos especulativa”. Os loteamentos ditos clandestinos são feitos à margem da lei, e, por isso, necessariamente ilegais. Porém, o autor salienta que nem todos os processos ilegais são clandestinos, chamando a atenção para os casos em que os processos são viciados ou quando existem aprovações camarárias ilegais, motivadas por abuso de poder ou por inconformidade com regulamentos vigentes.

Atendendo aos “Termos de referência para a elaboração do plano de reabilitação urbana do sítio do Barruncho”, definidos pela Câmara Municipal de Odivelas em 2009, o contexto da intervenção teve em conta o facto de estarmos perante um Bairro de génese clandestina e legal iniciado na década de 60.

1.2. Origem e evolução do fenómeno

Segundo António Fonseca Ferreira (1985), em “Perfil Social e Estratégias dos “clandestinos”: estudo sociológico da habitação clandestina na Área Metropolitana de Lisboa”, durante a década de 60 a região de Lisboa sofreu um processo de industrialização significativo, que, associado às fracas condições de vida no interior do país, deu origem a um êxodo da população rural em direção à AML. Concretamente, “as pressões sobre a procura habitacional (nesta região) traduzem-se no desenvolvimento de uma especulação a nível do mercado de terrenos e da promoção imobiliária. O sector da construção habitacional é dominado pela lógica e interesses dos promotores imobiliários”, daí resultando uma enorme dificuldade de acesso ao alojamento produzido pelo sector legal, escasso e de elevado custo, por parte das populações que acorrem à AML. Desta forma, criaram-se “as condições para o desenvolvimento do mercado ilegal de solos e da construção não licenciada” (António Fonseca Ferreira, 1985: 105-108).

Mas há outras razões que justificam a propagação deste fenómeno; para Ana Isabel Santos (2008), é de evidenciar a escassez e elevado custo da promoção legal, a rigidez e centralização do processo de planeamento e licenciamento urbanístico, bem como a inadequação das tipologias da promoção legal aos hábitos e necessidades da população, enquanto factores determinantes na proliferação da construção clandestina. De facto, a capacidade aquisitiva da maioria da população era insuficiente para suportar o custo das habitações (Ana Isabel Santos, 2008).

No que respeita à região de Lisboa, António Fonseca Ferreira (1985) subdivide a história do fenómeno em três períodos distintos, referindo também que os poderes administrativos se depararam com o dilema entre a repressão e a permissividade face a este tipo de construção. Assim, num primeiro período, até 1969/70, os loteamentos clandestinos são ainda relativamente circunscritos e o número de construções é pouco significativo, verificando-se uma repressão relativamente permissiva, através da Guarda Nacional Republicana, por vezes subornável. A construção destas habitações, de carácter precário, ocorria da noite para o dia, sendo de imediato habitadas de forma a dificultar possíveis demolições.

Entre 1970 e 1974, começa a generalizar-se a designada “construção à multa”, segundo a qual a administração demonstrava algum tipo de fiscalização, ao mesmo tempo que ia permitindo o desenvolvimento das construções. De facto, este é um período em que se expandem os loteamentos clandestinos, “aumentado a permissividade da administração

e a generalização da cumplicidade/suborno das entidades municipais” (António Fonseca Ferreira,1985:106).

É, porém, após o 25 de Abril de 1974, que se dá a generalização da permissividade, motivada pela carência de alojamento, num período em que ocorre uma quebra de autoridade associada à liberalização política. Paulatinamente, os rendimentos da população aumentam, o que permite impulsionar a construção. Desta forma, este é um período em que se consolidam, transformam e expandem muitos bairros, ao mesmo tempo que é alargado o acesso a alguns serviços e comodidades básicas, como o abastecimento de água e eletricidade. Graças ao carácter quase simbólico das coimas aplicáveis, generaliza-se a ineficácia da fiscalização, de tal forma que a construção passou a fazer-se sem constrangimentos, à luz do dia, nas barbas de fiscais e entidades municipais. Os autores salientam ainda que, a partir de 1975, os “clandestinos” começam a ganhar confiança nas possibilidades de legalização de alguns bairros, baseados no discurso de alguns políticos da época (António Fonseca Ferreira, 1985: 105-106).

Teresa Barata Salgueiro (1977) considera que no período pós-25 de Abril é notória a combinação entre a falta de eficácia da fiscalização administrativa e um certo encorajamento a este tipo de construção, o que teve como resultado uma diminuição dos riscos associados a esta prática e uma proliferação dos bairros clandestinos. A autora afirma que “depois de erigidas e fixadas as primeiras casas, os mais tímidos acabam por ganhar coragem e constroem também as suas; outros virão e começa a generalizar-se uma situação de facto em que os proprietários sentem que cada vez menos a administração poderá intervir, perante o número daqueles que construíram e a área já coberta de edifícios” (Teresa Barata Salgueiro, 1977:40-41).

Porém, por volta da década de 80, percebendo a dimensão e consequências deste fenómeno, as autarquias recuam nos apoios que costumavam dar para a realização de infraestruturas e começam a transferir para os moradores e proprietários os custos inerentes às necessárias reconversões urbanísticas (Ana Isabel Santos,2008:10).

Da construção clandestina ao enquadramento legal das AUGI's

Para Ana Isabel Santos (2008) a construção clandestina que, ao longo dos anos, constituiu uma das principais formas de expansão dos aglomerados urbanos em Portugal, tem consequências graves a diversos níveis, desde o urbanístico até ao social e económico, e condiciona fortemente a gestão autárquica.

No plano urbanístico, o loteamento ilegal dá muitas vezes origem à destruição de solos e devastação de explorações agro-florestais, bem como à modificação de sistemas de drenagem, degradando ecossistemas sensíveis e aumentando o risco de ocorrência de desastres naturais.

No que se refere à dimensão social, o fenómeno das “urbanizações clandestinas”, surgindo em solos não programados nem infraestruturados, de forma profundamente desordenada, dificulta a execução posterior de infraestruturas básicas bem como a instalação de equipamentos e serviços, sendo responsável pelas precárias condições de vida em que as populações residentes muitas vezes se encontram.

Quanto à gestão autárquica, as questões relacionadas com a construção clandestina resultam numa série de complexidades ao nível orçamental, político e de gestão. Apesar das constantes reivindicações das populações no sentido da execução do saneamento, arrumamentos e equipamentos sociais, as autarquias não dispõem de orçamentos ajustados à reconversão destes bairros. As populações recusam, na maioria das vezes, pagar os encargos que lhes competem no processo de reconversão urbanística pelo que, sob pena de se tornarem impopulares, os autarcas têm frequentemente relutância em avançar com as necessárias ações repressivas, que, sendo necessárias, são sistematicamente contestadas pelos loteadores e proprietários destas áreas de génese ilegal (Ana Isabel Santos, 2008: 18-19).

O primeiro esforço legislativo que começou a travar este fenómeno surgiu com o Decreto-Lei 400/84, que permitiu controlar a venda em «avos indivisos». Mas a dimensão do fenómeno nas áreas metropolitanas veio justificar a publicação de legislação específica, através da Lei 91/95, comumente designada de Lei das AUGI's. De acordo com o referido diploma, as AUGI's são “prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento, quando legalmente exigida, tenham sido objecto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção até à data em vigor do Decreto-lei no 400/84 de 31 de Dezembro e que, nos respectivos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), estejam classificadas como espaço urbano ou urbanizável”. De acordo com os números 1 e 2 do art. 3º deste diploma, a reconversão urbanística do solo e a legalização das construções integradas em AUGI's devem conformar os respectivos prédios com o alvará de loteamento ou com o plano de pormenor (nos termos e prazos a estabelecer pela Câmara Municipal) e tal é da responsabilidade dos proprietários ou coproprietários.

Para além disso, de acordo com o número 2 do art. 7º, a legalização das construções implica, por um lado, que se verifiquem as condições mínimas de habitabilidade

(definidas na Portaria nº 243/84 de 17 de Abril), e, por outro, que se realize o pagamento dos encargos devidos pela reconversão imputáveis ao respetivo lote.

1.3. Breve introdução à “habitação mínima”

Neste ponto apresenta-se uma breve introdução à definição de “habitação mínima”. Partindo de um breve enquadramento histórico, procede-se à exploração do conceito e à identificação das suas particularidades.

O conceito de “habitação mínima” pode então multiplicar-se em tantas variantes quantos os factores dos quais depende a sua própria definição. Convém esclarecer que no contexto da habitação, o termo “mínimo” corresponde em regra a um mínimo funcional, a uma quantificação da área mínima na qual é possível habitar. Se recuarmos um pouco à história da habitação nas sociedades europeias, considera-se que neste âmbito se destacam dois momentos marcantes: um primeiro, que antecedeu a Revolução Industrial e um segundo, que se desenvolveu durante e após esse marco histórico.

A habitação foi uma das primeiras manifestações de arquitectura do Homem, surgindo como resposta à necessidade de protecção e de abrigo de pessoas e bens. Ao longo dos anos, o espaço da habitação foi ganhando novas funções e definindo equipamentos que traduzem a sua adaptação ao tempo e à evolução dos modos de vida.

Neste contexto e com o objectivo de estabelecer as condições mínimas necessárias ao espaço da habitação em termos dimensionais e de equipamentos, surge o conceito de Existenzminimum². Defendia-se que a minimização da área da habitação só se tornava viável se tal significasse uma redução de custos e uma capacidade acrescida de construção de um maior número de fogos para as famílias mais necessitadas.

Estas propostas surgiram na sequência de várias experiências então em curso em vários países da Europa, como seja a Alemanha e a Áustria. A área mínima por pessoa variava entre 12,5m² a 14m²³

² Existenzminimum - termo alemão que descrevia a ideia racionalista de um espaço mínimo onde o ser humano poderia viver eficientemente.

³ Le Corbusier chegou a um valor de 14m² por pessoa a que chamou “unidade biológica” ou “célula”. “Entre 1929 e 1934, surge em Viena um programa para resolver a questão da habitação para trabalhadores, em que se construíram habitações de 21m² por pessoa solteira, de 40m² com dois quartos e de 57m² com três quartos.” (Aymonio C. 1973)

Com base nesta informação pretendia-se obter critérios de normalização que pudessem ser aplicados por parte dos promotores imobiliários de modo a reduzir custos de construção. As propostas apresentadas nas várias experiências então desenvolvidas partiam de elementos de construção normalizados, produzidos pela indústria, e na aposta no conceito de flexibilidade funcional, ou seja na utilização de elementos amovíveis, permitindo que o espaço da habitação se fosse adaptando às várias atividades domésticas desenvolvidas pelos seus ocupantes, como por exemplo recolher a cama de molde a que o espaço de dormir se pudesse transformar num espaço de estar.

Esta forma de encarar a habitação e a sua produção está quase sempre associada à emergência de novos materiais de construção – o aço estrutural, o betão armado e posteriormente o vidro laminado. O aço caracteriza-se por ser um material mais resistente que permite uma maior liberdade de formas e uma maior capacidade de vencer grandes vãos. O betão armado associa a sua grande resistência à compressão com a capacidade do aço em resistir à tração. A inovação do vidro manifesta-se no seu formato laminado e de grandes dimensões.

O betão armado passa então a ser um elemento fulcral na concepção da habitação. É agora possível substituir as habituais paredes-mestras por um esqueleto estrutural, libertando uma área muito superior para a abertura de vãos. Este esqueleto definia-se por um núcleo central no qual se concentravam os acessos verticais e as zonas de serviço – cozinha e instalações sanitárias – permitindo a libertação da restante área. Posteriormente, a planta da casa era manipulada com elementos móveis que definiam as divisões de acordo com as necessidades dos ocupantes.

Ao longo do séc. XX são desenvolvidos vários estudos e experimentadas soluções orientadas para a produção de habitação em série, tendo como premissa-base a economia da construção e a resposta adequada às solicitações e expectativas dos moradores. A partir da segunda metade do séc. XX estes estudos adquiriram um carácter pluridisciplinar, recebendo vários contributos das áreas da sociologia e da psicologia ambiental. De destacar, entre outros, os trabalhos de Chombart de Lauwe (1967) e o seu contributo para a compreensão e análise das representações colectivas do espaço doméstico em termos da forma de ocupação e de apropriação.

1.4. “Habitação mínima” em Portugal

No contexto Português evidenciam-se as investigações desenvolvidas no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) na década de 1960, com particular destaque para o trabalho do Arquitecto Nuno Portas, intitulado “Funções e Exigências de Áreas de Habitação” publicado em 1969. Este é o resultado de uma análise e observação dos usos domésticos e dos hábitos de uma sociedade urbana em evolução. Fica evidenciado que aspectos relacionados com a entrada da mulher no mercado de trabalho, e com a divulgação de equipamento auxiliar ao desenvolvimento das atividades domésticas quotidianas, vieram alterar muito os hábitos da família nuclear portuguesa. Estas alterações, associadas à escassez de habitação nos principais centros urbanos portugueses e à necessidade de aumentar a oferta de habitação a custos reduzidos, levaram à emergência de se repensar a estrutura da habitação, bem como as áreas que se deviam atribuir a cada função.

O trabalho de Nuno Portas vem complementar e atualizar a informação existente no Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) publicado em 1951, focalizando-se, como referido, na habitação a custos controlados; alguns anos passados sobre a publicação do RGEU, a sociedade portuguesa sofreu evoluções significativas com repercussões diretas no espaço da habitação. Portas identifica os pontos essenciais desta evolução, traduzindo-os no uso do espaço doméstico. Além da alteração do papel da mulher no espaço doméstico, verifica-se também a intensificação da vida ativa no lar e um novo equilíbrio entre privacidade e vida de relação.

Com base na identificação das principais funções da habitação, Portas (1969) define as áreas mínimas necessárias ao desenvolvimento das atividades que as compõem. O somatório das áreas é feito segundo duas categorias A e B, correspondendo cada uma delas a diferentes patamares de satisfação das necessidades dos utilizadores. Na categoria A, a área útil pode variar entre 46m² para um T1 e 89m² para um T5. Na categoria B, a área útil varia entre 59m² para um T1 e 113m² para um T5.

Portas considera que o “mínimo” é “o conjunto das condições abaixo das quais a habitação concorreria, com probabilidade significativa, para restringir o grau de desenvolvimento individual ou o grupo que a sociedade já permitiria numa dada fase da sua evolução” (Portas 1969). Ou seja, pretende-se que a implementação de habitações em “áreas mínimas”, não seja castradora da evolução natural da sociedade e dos próprios utilizadores. Assim o “mínimo” deve prever não só as áreas mínimas necessárias ao conforto dos utilizadores, mas também uma margem para possíveis evoluções.

Capítulo 2. Casos de estudo

Neste capítulo iremos explorar a importância do processo de percepção e análise de um lugar e respectiva reflexão, método que *a posteriori* deve servir de base ao processo de projeto. Para tal, iremos recorrer a obras de referência que trabalharam sobre lugares com relações de semelhança ao que estamos aqui a estudar. Os casos de estudo aqui focados são a Quinta da Malagueira, de Álvaro Siza Vieira e a Favela do Vidigal, intervenção da autoria de Jorge Mário Jáuregui. Abordamos ainda o caso do programa SAAL, revendo as principais características que o tornaram numa importante dinâmica no fomento de habitação social

2.1. Operações SAAL

O ambiente vivido pela sociedade portuguesa no período revolucionário pós 25 de Abril 1974 levou a que este ficasse marcado como um momento de carências habitacionais e de uma necessidade de intervenção. Perante a situação vivida, o Estado manifestou a vontade de implementar uma política de habitação que não tratasse só das carências mais pronunciadas, mas de todo o tipo de necessidades existentes, principalmente a reabilitação e a facilidade de acesso ao mercado privado para aquisição de habitações. Deste modo, este período ficou marcado por diversas iniciativas e experiências por parte do Estado.

Dessas várias experiências é de salientar o Programa de Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)⁴, que em conjunto com a participação popular visava resolver problemas de habitação e integração social, e, por isso, foi de extrema importância e um exemplo de sucesso na resolução dos problemas e das tensões do período revolucionário. Teotónio Pereira considera que *“é um facto que no momento que eclodiu o 25 de Abril, o SAAL tinha atrás de si uma década de tentativas e experiências de raiz populacional pela conquista do direito à casa e à cidade, desde a Ásia, a África e sobretudo a América Latina, até mesmo a Itália. E destes antecedentes terá beneficiado a filosofia do SAAL. No entanto, a mobilização e organização dos moradores, a intensidade e rapidez do*

⁴ O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) surgiu no período revolucionário pós 25 de Abril e tinha como principais objectivos dotar bairros degradados ou de barracas com infra-estruturas básicas - arruamentos, saneamento, abastecimento de água e electricidade - e permitir aos residentes o acesso ao crédito bonificado, a materiais de construção, a soluções de projecto e apoio técnico para a autoconstrução ou melhoramento das suas habitações. (Maria Ferreira de Lima, 2011: p.34)

processo, a agilidade do governo e do poder local na ultrapassagem da burocracia e das formalidades legais, a interação entre as populações e as brigadas técnicas e, finalmente, a qualidade e inovação das construções tornaram-no um caso único.” (Pinho, 2002: 10).

Segundo Nuno Portas⁵, os objetivos do programa SAAL assentavam em quatro grandes pilares: em primeiro lugar, a descentralização (ligação do Estado a sectores mais dinâmicos da sociedade civil), ficando o poder de decisão dependente das autarquias locais; em segundo, a ligação entre "técnicos responsáveis" (arquitetos, engenheiros, sociólogos, psicólogos, etc.) e "conhecedores" (moradores e pessoas dos bairros); em terceiro lugar, a operação deveria contrariar as intervenções urbanísticas resultantes das políticas habitacionais praticadas até ao momento, reconhecendo o SAAL, ao contrário de intervenções passadas, o "direito ao lugar", ou seja, afirmando o direito à permanência no sítio que as comunidades já habitavam e não transferir os moradores para outros sítios de modo a criar novos guetos (Ribeiro, J. 1978); em quarto lugar, uma das características inovadoras desta operação terá sido o contributo dos recursos humanos e materiais dos próprios moradores, maximizando a eficácia, a melhor adequação, a rapidez e a multiplicação do investimento do Estado. Para esta autoconstrução o Estado entrava com uma parte do custo da casa a fundo perdido e o restante era mobilizado pelos moradores, sob forma de autoinvestimento através de meios financeiros, materiais e disponibilização de mão-de-obra.

De importante relevância para o SAAL, assim como para a presente dissertação, esta operação que, culminou em projetos urbanos e de arquitetura, executados nos próprios bairros em que o processo dependia de uma articulação de novos espaços no mesmo lugar, teve como suporte as pré-existências antropológicas, ou seja o suporte dos moradores e do tipo de estrutura das suas “comunidades”.

O SAAL acabou por ser muito benéfico não só para as populações, mas também para a renovação do espaço urbano, caso em que acabou por ser o guião de muitos estudos de planeamento, tendo muitos planos urbanos dos municípios acabado por ser feitos partindo destes bairros para a totalidade das cidades.

De entre as diversas intervenções SAAL, o projeto de Siza Vieira para a Quinta da Malagueira, em Évora, assume especial importância como caso de estudo para este

⁵ Nuno Portas (1934) Arquiteto, urbanista, professor e governante. Em 1974 assumiu o cargo de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo e manteve-se nesse lugar durante os três primeiros Governos Provisórios do pós 25 de Abril. Neste âmbito desenvolveu a criação de cooperativas de habitação e de gabinetes de apoio local (GAT), concebeu o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) e desencadeou o processo conducente à criação dos Planos Directores Municipais.

trabalho. A observação deste projeto permitiu-nos perceber a valorização da identidade do lugar e a adaptação do projeto às pré-existências.

2.2. Quinta da Malagueira - Álvaro Siza Vieira

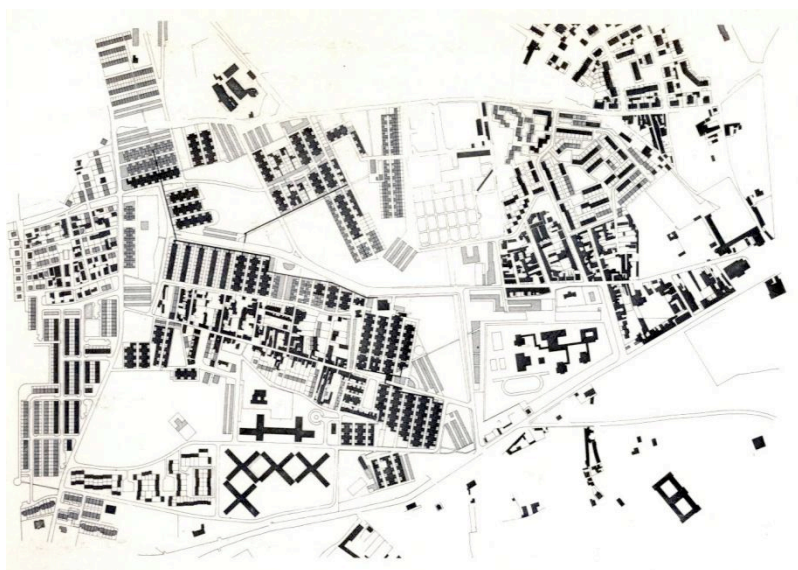
Uma das obras de referência e de grande importância para o tema em estudo foi o projeto de Álvaro Siza para a Quinta da Malagueira em Évora.

Trata-se de uma das muitas Operações SAAL que decorreram no país, e que tem especial importância para o tema em estudo pela forma de intervenção do arquiteto e pelas suas dimensões social, urbana e económica.

Após 25 de Abril, como já referido anteriormente, encontravam-se distribuídos pelo país inúmeros bairros clandestinos e Évora também se encontrava nessa situação. Em 1975 a cidade tinha cerca de 40.000 habitantes repartidos por 29 bairros clandestinos que padeciam de infraestruturas básicas e que descaracterizavam social e urbanisticamente a cidade.

A operação foi executada numa antiga propriedade agrícola com cerca de 27 hectares, situada a oeste das muralhas medievais e a uma curta distância do centro histórico, onde se procurou estabelecer a relação geográfica e histórica com as referências do lugar: percursos pré-existentes, relevo do terreno, ligação com o já existente Bairro de Santa Maria, etc.

Figure 1- Planta de Implantação da Quinta da Malagueira, Évora



Fonte: Santos, "Álvaro Siza - obras y proyectos 1954-1992". (1993)

Foi muito importante, para o arquiteto, todo o processo participativo da população que, através de diálogos, permitiu a percepção das suas necessidades. Percebemos desta forma que a própria qualidade da arquitetura dependia das soluções possíveis para os problemas expostos, da sua complementaridade e condicionantes, sendo a partir destes que a arquitetura iria atingir os seus objectivos. Percebendo que é necessário compreender e respeitar o já que existe, pode-se entender neste projeto a vontade de não separar o sítio "físico" do sítio "cultural", notando-se uma preocupação contextual, através da evocação de memórias passadas colectivas e subjetivas, que a obra, no presente, percebe e questiona, deixando uma interpretação aberta ao futuro. Absorveu muitas ideias espaciais da arquitetura vernácula do sítio, tais como as práticas construtivas e os estilos de vida tradicionais, refletindo, no entanto, traços racionalistas na composição urbana.

A relação com o existente é conseguida através de relações de volumetria e escala da habitação e das ruas, que adquirem variações consoante a intenção de projeto. O plano desenvolve-se a várias escalas, desde a mais geral (grandes espaços verdes e públicos) à mais íntima (ligada à habitação). A unidade básica do plano é formada por parcelas retangulares, colocadas traseiras com traseiras, confinando num muro contínuo de serviço, o qual é edificado antes da construção do fogo e constitui o ato inicial da fundação. O conjunto destas unidades cria uma grelha ortogonal de blocos rectangulares. Uma casa tipo serve de base para a proposta da construção de 1200 habitações, podendo estas evoluir isoladamente para cada tipologia. Esta habitação, de pequena altura, do tipo pátio, aparece com duas configurações básicas, o Tipo A e o Tipo B, um em que o pátio confronta com a rua diretamente, e outro onde o pátio convive com as traseiras.

Quanto à variação de cada Tipo, existem propostas desde um único piso com um quarto, a dois pisos e até cinco quartos. O fogo apresenta-se relativamente denso, não havendo uma grande presença do corredor enquanto espaço distinto, mas havendo uma grande união entre as divisões. Às divisões é-lhes atribuída, à partida, determinada função, tornando-as de difícil flexibilidade e alteração de função, pelos conflitos que daí poderiam resultar. O carácter repetitivo e compacto das habitações permite reduzir custos, sempre que sejam utilizados processos construtivos racionalizados.

Vemos este projeto como um bom exemplo de articulação da dimensão urbana com a intimidade na habitação, ou seja, a possível evolução da habitação, tendo por base um suporte urbano pensado, tendo sempre em conta a questão cultural e social das pessoas que irão habitar essas casas. Percebemos desta forma que a articulação socio-urbana presente no projeto teve como ponto de partida uma visão e compreensão das pré-existências. “Siza interpretou a cidade de Évora, construindo na Malagueira a sua Évora”. (Paulo Varela Gomes, 2002: 9) Não é uma reinterpretação arbitrária, produzida de qualquer maneira, pois deriva de uma sedimentação conceptual dos dados retirados na leitura do sítio.

2.3. Favela do Vidigal - Jorge Mário Jáuregui

Iremos agora fixar-nos num projeto que esteve ao abrigo do Programa Favela-Bairro do Rio de Janeiro, na década de 1990. Este programa teve como principal objectivo a resolução e integração da favela na cidade de forma a obter uma leitura contínua e não fragmentada da cidade do Rio de Janeiro.

Este projeto foi escolhido como caso de estudo pelo método sistemático que o arquiteto Jorge Mário Jáuregui adoptou para intervir nas favelas. O seu processo de projeto passava, numa fase inicial, pela análise de campo e experimentação do lugar, perto da comunidade que o habita, de modo a absorver as suas necessidades. Tal como para Siza, também para Jáuregui, o processo de projeto é influenciado pela participação da população de forma a atingir um equilíbrio social e urbano para a proposta.

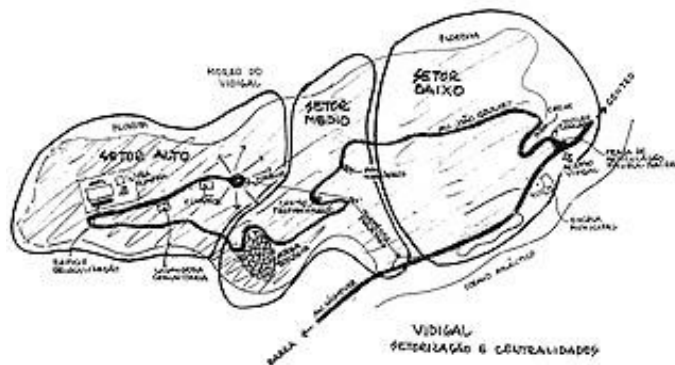
Todas as favelas possuem um conjunto de características semelhantes entre si, mas que devem ser avaliadas em particular. Assim, após uma avaliação dessas características, o arquiteto procura as oportunidades, potencialidades e fraquezas que irão fornecer o suporte à intervenção que vai desde a escala urbana à escala psicológica. Jáuregui verificou que estas favelas são lugares em que as dinâmicas sociais dos moradores necessitam de espaços públicos e não apenas de espaços privados (habitação), e, perante isso, pode observar-se na sua intervenção para a Favela do Vidigal uma preocupação em criar espaço público comum a todos os moradores, lugares de trocas sociais: campos de futebol, áreas para celebrações, danças, lazer, etc. De um modo geral as suas intervenções passam por dar resposta às necessidades primárias, como a infraestruturização (água, esgotos, vias pedonais e automóveis, escadas, iluminação

pública, mobiliário urbano, etc.) e a criação de equipamentos públicos capazes de satisfazer carências da população que habita estes lugares.

A Favela do Vidigal localiza-se na Zona Sul do Rio de Janeiro, separa dois bairros nobres da cidade, São Conrado e Leblon, e, por se localizar num morro (Morro dos Dois Irmãos), proporciona vistas privilegiadas sobre a praia e sobre a cidade e possui uma grande proximidade aos centros de trabalho e comércio.

O arquiteto propôs uma rua principal facilitadora do acesso desde o ponto mais baixo ao ponto mais alto e com ligações aos diversos espaços públicos que se iam organizando em cada sector. Todos estes espaços permitiram uma nova dinâmica social, com maior evidência para uma praça de articulação entre a área anteriormente urbanizada e a comunidade, dotada de um palco para a realização de eventos, um centro cultural, uma associação de moradores, um campo de futebol, uma lavanderia comunitária, um campo olímpico, largos e um teatro remodelado. Este teatro veio criar uma forte identidade no bairro pois permitiu que um grupo de moradores se lançasse num projeto de formação em teatro abrangendo a comunidade local e pessoas vindas de fora.

Figure 2- Esquiço de sectorização da Favela do Vidigal



Fonte: arcoweb.com.br

Figure 3- Praça de Articulação Favela - Bairro, Vidigal (Rio de Janeiro, Brasil)



Fonte: <http://jauregui.arq.br/favelas-vidigal.html> (acedido em 2 de Maio de 2014)

Capítulo 3. Bairro do Barruncho: espaço e população

3.1. *Percepção e leitura do Bairro*

Após se ter clarificado que é necessário adotar um método projetual que se centre na leitura de um dado território e da “comunidade” que o habita, de modo a podermos gerar uma ideia orientadora que recupere as memórias passadas e presentes de uma “comunidade”, vamos agora apresentar sucintamente a análise que efetuámos ao Bairro do Barruncho localizado na linha de fronteira entre a Freguesia da Póvoa de Sto. Adrião e a Freguesia de Odivelas (concelho de Odivelas).

Morfologia do Edificado

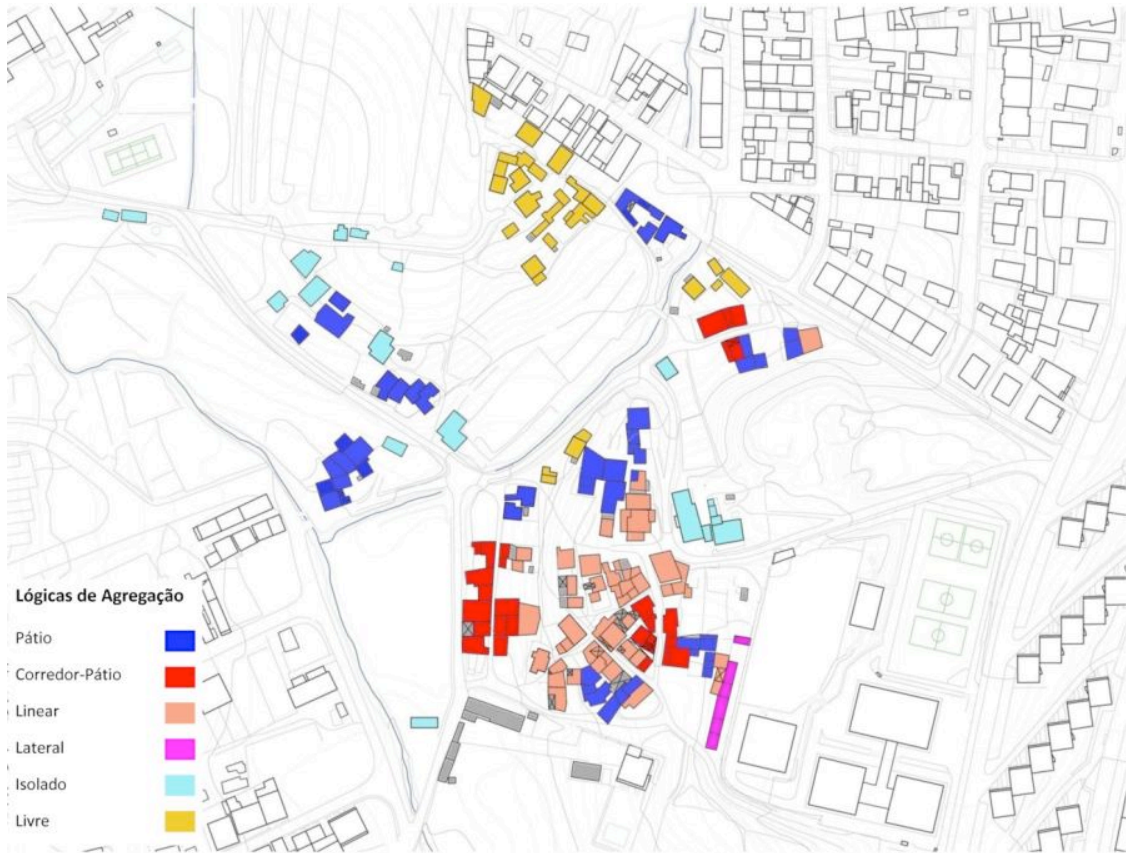
Em meados da década de 60 surgiram as primeiras barracas no Bairro do Barruncho devido ao êxodo da população nacional no sentido interior-litoral, e desde aí, até finais dos anos 90 e início de 2000, a densidade desta concentração aumentou sucessivamente até atingir a área que hoje se conhece e que delimita o bairro. Atualmente observam-se cerca de 150 barracas, construções essencialmente precárias e densas, apresentam diferentes morfo-tipologias de agregação. Destaca-se a agregação linear, radial ou isolada.

Figura 4- Conjunto de "barracas" no Bairro do Barruncho



Fonte: Autor, 2014

Figura 5- Diagrama de morfo-tipologias de agregação do edificado



"Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013

Limites e Barreiras

A configuração do bairro surge desagregada da envolvente mais próxima, sendo clara a linha que o limita, o que parece evidente tanto no desenho em planta como para quem por ali passa. Este limite é claro principalmente pelo facto de existir uma descontinuidade de acessibilidades (principalmente automóvel) e uma diferenciação de pavimentação (neste caso ausência de pavimentação). Podemos observar ainda outros limites naturais que se evidenciam através de vegetação e de uma linha de água.

Figura 6- Ortofotomapa de localização do Bairro

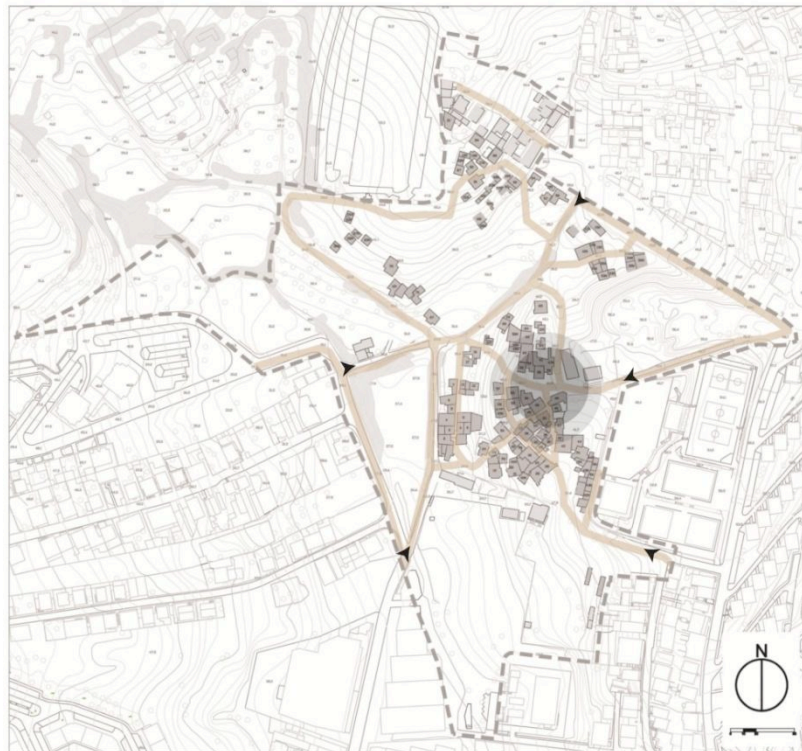


Fonte: maps.google.pt (editado pelo autor, 2013)

Acessos e Percursos

Não existe uma hierarquia definida para a forma de circular no Bairro. Contudo, e após o percorrermos, identificámos cinco entradas principais que seguem um percurso que cria uma estrutura de referência e que conflui num ponto central do Bairro. Estes percursos aparecem de forma espontânea através do movimento de passagem contínuo por parte da comunidade. Destes percursos percebemos que existe uma "rua principal", estreita, a qual é formada por "barracas em banda" que se viram frente a frente e onde é possível perceber escrito numa parede "Rua 13 de Maio".

Figura 7-Planta das entradas no Bairro do Barruncho



Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013 (editado pelo autor)

Elementos de Referência

Os elementos de referência dizem respeito aos principais equipamentos existentes na proximidade do Bairro e que são locais marcantes para quem ali habita. Pode-se notar uma escola básica que acolhe as crianças do Bairro, e uma antiga fábrica, que apesar de abandonada e degradada, tem uma presença marcante para quem ali passa. Para além disso, existem outros elementos de referência no interior do bairro com elevada importância para os seus moradores; ente eles destaca-se uma pequena mercearia na casa da Dona Teresa, um pátio na casa da Dona Conceição onde se realizam reuniões, o "espaço da Dona Isabel" propicio a jogos e onde se dá catequese, o pátio do senhor Pedro onde ocorrem celebrações e festas, e ainda um pequeno descampado onde os jovens se encontram para convívio.

Figura 8- Escola Básica Carlos Paredes, Póvoa de Santo Adrião (Odivelas)



Fonte: Fotografia do Autor, 2013

Figura 9- Relação da Escola Básica Carlos Paredes com o Bairro do Barruncho

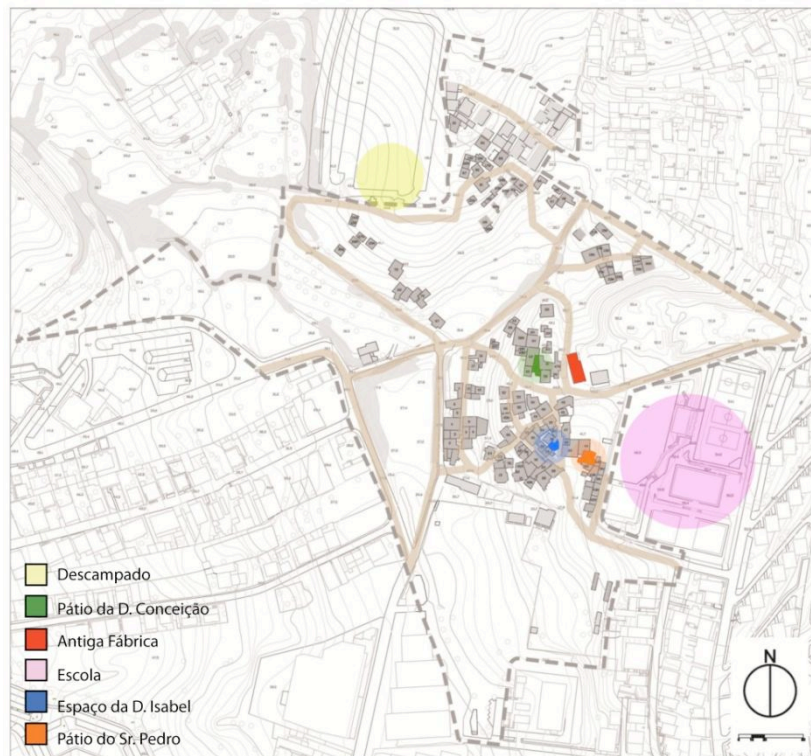


Fonte: Bingmaps.com (editado pelo autor), 2013

Espaços de Estar/Largos

Em relação aos espaços de estar nota-se a ausência de zonas de permanência à entrada das habitações, lugares que poderiam proporcionar trocas sociais com os vizinhos. Existe um ponto central no bairro, no cruzamento dos percursos internos, um largo que acabou por se formar em consequência das diferentes formas de agregação das barracas, percebendo-se que se trata dum lugar de encontro e convívio; foi ali que, a convite da população, se reuniu a turma do 5ºD (2012/2013) para um almoço.

Figura 10- Planta de elementos de referência no Bairro do Barruncho

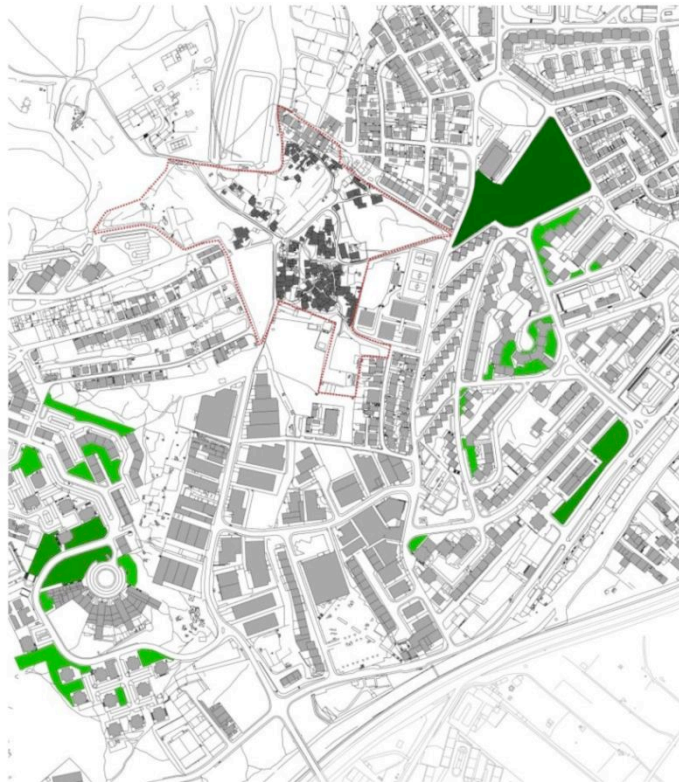


Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013 (editado pelo autor)

Espaços Verdes

São escassos os espaços verdes implantados no interior do Bairro; pode ver-se, contudo, alguma vegetação em maior abundância junto à linha de água, convivendo com a necessidade de criação de hortas para produção de alimentos para consumo próprio. Devido à orientação da pendente da colina existente, este é o espaço predominantemente afeto ao uso agrícola. A estrutura verde na envolvente assume uma área total de 44 760 m², constituindo um importante parque verde que se destaca a sudeste do Bairro.

Figura 11- Planta da estrutura verde na envolvente do Bairro



Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013

A cerca de 250 metros do Barruncho existe o Jardim da Póvoa; este espaço verde tem uma dimensão de 17 000 m² e uma geometria irregular. Trata-se de um espaço associado ao mercado e à Igreja da Póvoa de Santo Adrião, sendo um jardim com zonas de estar, árvores e percursos pavimentados que também é usado para feiras.

Figura 12- Fotografias e Planta do Jardim da Póvoa de Santo Adrião



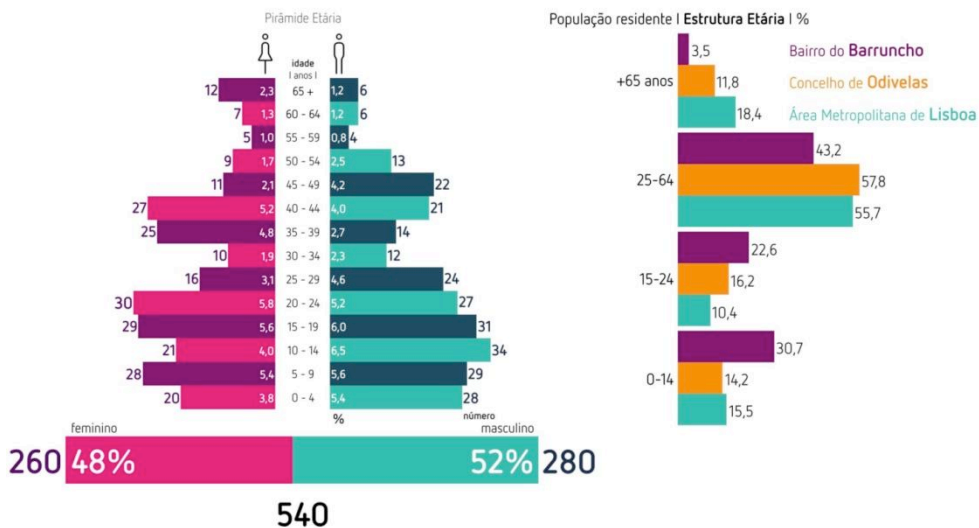
Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013

3.2. Bairro: território e população

Através da análise do território e da população pretendemos, por um lado, perceber as características sócio demográficas dos moradores, as suas necessidades e as suas vivências e, por outro lado, o modo como estes aspetos poderão servir de suporte à construção da proposta projetual. Esta análise teve por base os dados fornecidos pelo Departamento de Habitação, Saúde e Assuntos Sociais da Câmara Municipal de Odivelas e os dados patentes num estudo sobre o realojamento no Barruncho.

De acordo com dados recentes, a população residente no Barruncho totaliza 540 pessoas, das quais 260 são mulheres e 280 homens. Trata-se duma população rejuvenescida, onde apenas 3,5% são pessoas idosas, em contraponto com os 30,7% de crianças com idade inferior a 14 anos. A média de idades no Bairro ronda os 26,8 anos.

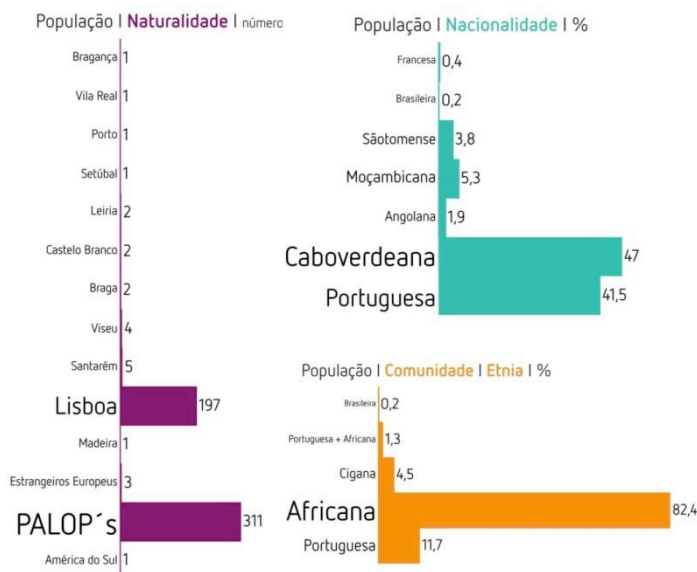
Figura 13- Pirâmide e estrutura etária dos residentes no Bairro do Barruncho



Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013. Dados: DHSAS- S.E.P.; D.G.H.S. - S.I.S./GIS-Póvoa Sto. Adrião; D.C.R.H. -S.E.P.C. Odivelas, 2008

Entre os residentes predominam os africanos, provindos dos PALOP, sobretudo de Cabo Verde (41%) e Moçambique (9%). De entre os nacionais, prevalecem os que nasceram em Lisboa (37%).

Figura 14- Origens geográficas e nacionais dos moradores do Bairro do Barruncho



Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013. Dados: DHSAS– S.E.P.; D.G.H.S. – S.I.S./GIS-Póvoa Sto. Adrião; D.C.R.H. –S.E.P.C. Odivelas, 2008

De entre os descendentes dos imigrantes dos PALOP, há já muitos com nacionalidade portuguesa. O Bairro é marcado pela diversidade cultural, coexistindo pessoas de várias origens nacionais e internacionais, incluindo sujeitos de origem cigana.

Quanto á caracterização dos grupos familiares, o número médio de pessoas por agregado é de 4,7 pessoas, valor superior à média registada para o concelho de Odivelas e Área Metropolitana de Lisboa.

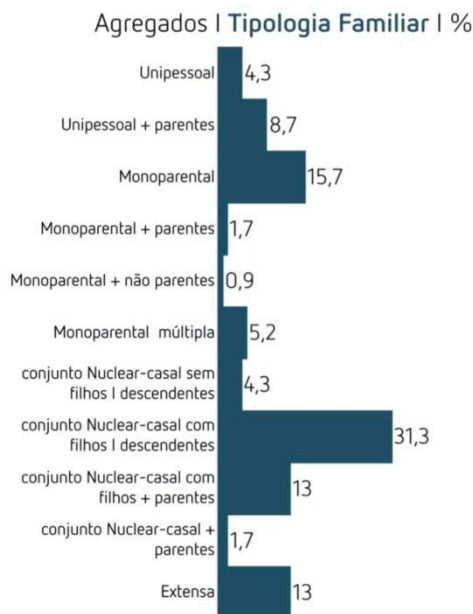
Figura 15- Número de pessoas e de agregados familiares do Bairro do Barruncho



Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013. Dados: DHSAS– S.E.P.; D.G.H.S. – S.I.S./GIS-Póvoa Sto. Adrião; D.C.R.H. –S.E.P.C. Odivelas, 2008

Na população denota-se uma percentagem significativa de famílias monoparentais (15,7%) e de famílias nucleares (31,3%).

Figura 16- Tipologias dos agregados familiares da população do Bairro do Barruncho



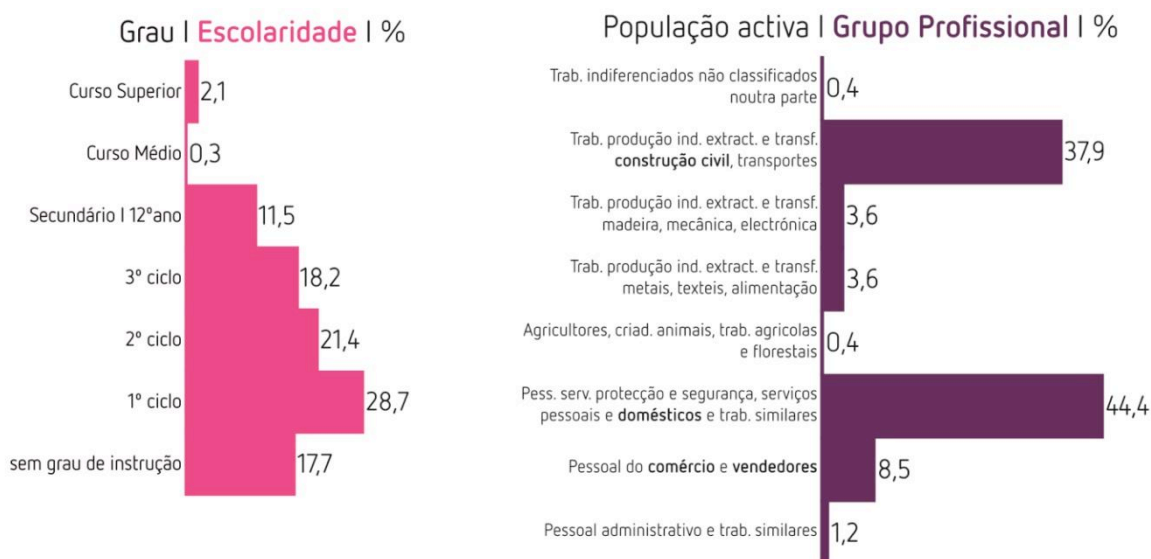
Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013. Dados: DHSAS– S.E.P.; D.G.H.S. – S.I.S./GIS-Póvoa Sto. Adrião; D.C.R.H. –S.E.P.C. Odivelas, 2008

Sabe-se que existem no Bairro cerca de 150 "barracas"; se atendermos à dimensão da população e ao número e tipo de agregado familiar, percebe-se que existe um elevado índice de ocupação dos alojamentos, a que acresce a precariedade das condições de habitabilidade e a reduzida dimensão do espaço habitado. Esta situação justifica que aqui se registre a necessária versatilidade de funções dos espaços interiores.

Quanto ao grau de escolaridade dos moradores, verifica-se o predomínio de pessoas com apenas o 1º ciclo do Ensino Básico (28,7%) e sem qualquer diploma.

A maioria da população trabalha em atividades que exigem poucas qualificações escolares, principalmente em serviços de limpeza (as mulheres) e na construção civil (os homens).

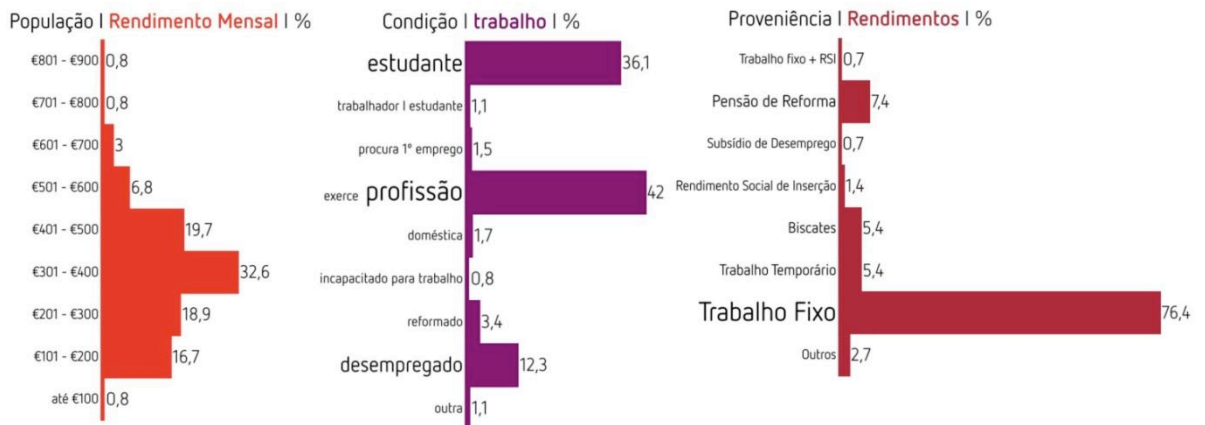
Figura 17- Grau de escolaridade dos residentes e da população ativa por grupo profissional



Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013. Dados: DHSAS– S.E.P.; D.G.H.S. – S.I.S./GIS-Póvoa Sto. Adrião; D.C.R.H. –S.E.P.C. Odivelas, 2008

Constata-se que a maioria da população ativa auferem baixos rendimentos (69% recebem menos de 400€/mês). Para além disso, nota-se uma baixa percentagem de pensionistas (7,4%) e de dependentes de subsídios da Segurança Social (2,8%). As mulheres têm geralmente trabalho constante, horários muito longos e auferem rendimentos mais baixos do que os homens que trabalham na construção civil e tendem a oscilar entre ciclos de emprego/desemprego.

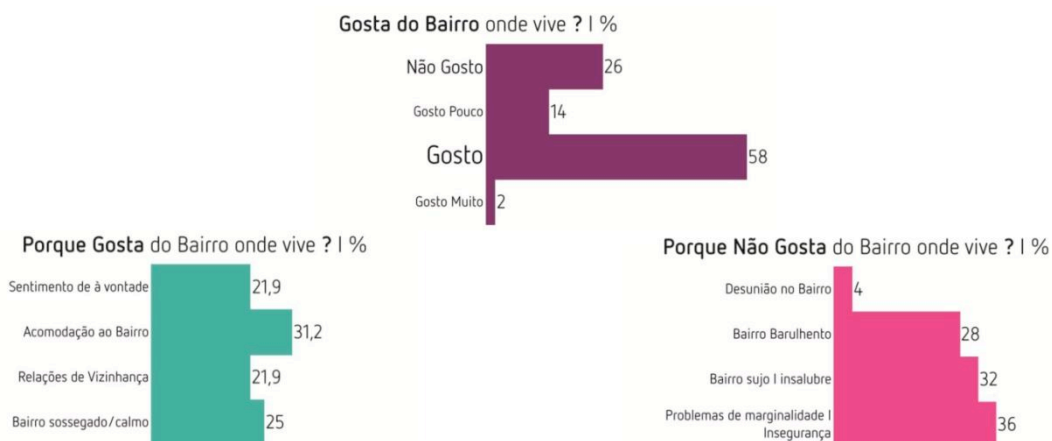
Figure 18- Rendimentos mensais e situação laboral dos moradores



Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013. Dados: DHSAS– S.E.P.; D.G.H.S. – S.I.S./GIS-Póvoa Sto. Adrião; D.C.R.H. –S.E.P.C. Odivelas, 2008

No que se refere à relação dos moradores com o Bairro, a maior parte (58%) afirma gostar de ali viver por ser um bairro calmo, por existir um espírito de comunidade e sentimento de “à vontade”. Criticam bastante a acumulação contínua de lixo, para além dos níveis de ruído, de marginalidade e de insegurança.

Figura 19- Gosto pelo Bairro e razões apresentadas pelos moradores



Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013. Dados: Tomás, Ana Mafalda, Realojamento social em Portugal, 2011

As relações de sociabilidade manifestam-se quando os moradores conversam na rua ou em casa de vizinhos, jogam às cartas à porta de casa, organizam festas de Natal, batizados e aniversários, sendo que em muitos fins-de-semana fazem refeições em conjunto. As pessoas mais jovens jogam à bola no ringue da Póvoa de Santo Adrião, uma vez que não existem infraestruturas desportivas no Bairro. Também é um hábito de alguns ir à igreja em conjunto e ajudar os jovens da paróquia no seu trabalho com as crianças.

Figura 20- Atividades desenvolvidas pelos moradores



Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013. Dados: Tomás, Ana Mafalda, Reajuntamento social em Portugal, 2011

Convém realçar que a maior parte das crianças não frequentam creches nem jardins-de-infância, permanecendo em casa com os pais ou à guarda de uma ama; as crianças ciganas normalmente vão para o trabalho com os pais e uma pequena percentagem frequenta uma instituição local. Relativamente aos que frequentam a escola, persiste o grave problema de “isolamento” após o horário escolar.

Figura 21- Locais de permanência das crianças após o horário escolar



Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013. Dados: Tomás, Ana Mafalda, Realojamento social em Portugal, 2011 Figura 6.5.2

Nos tempos livres as pessoas convivem em casa com a família, outros aproveitam para passear, praticar exercício físico, vão à igreja, tratam da horta e da casa; as famílias com crianças menores frequentam parques infantis e jardins, entre outras atividades.

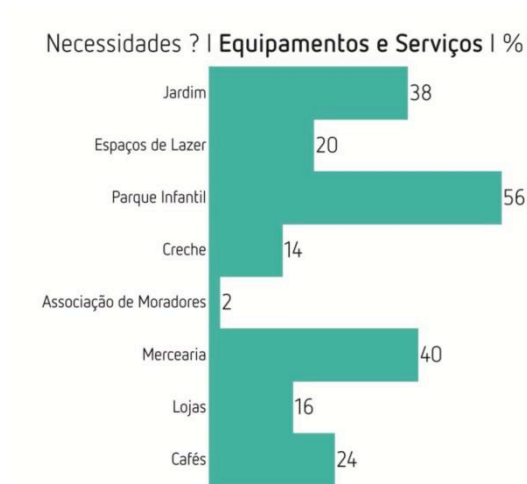
Figura 22- Atividades dos moradores nos tempos livres



Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013. Dados: Tomás, Ana Mafalda, Realojamento social em Portugal, 2011

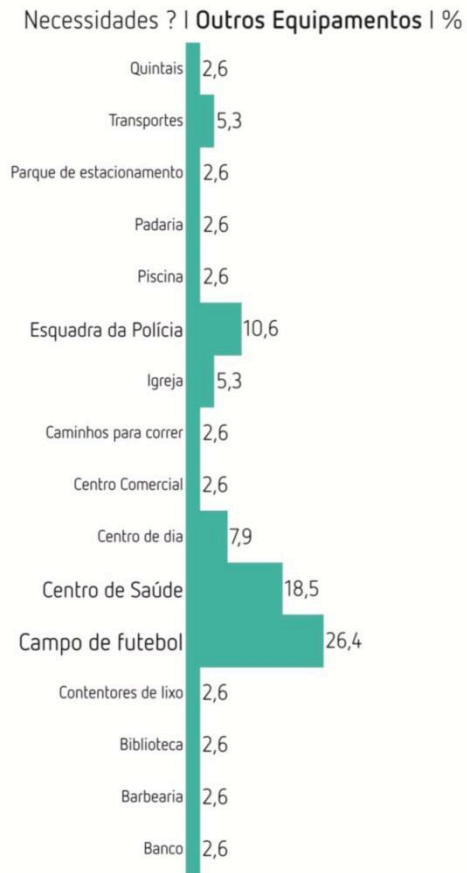
Relativamente às necessidades de comércio e equipamentos por parte das pessoas que foram inquiridas, 24% indicam a falta de cafés (contudo há um grande número de pessoas que não gostavam de ter cafés no bairro, pois isso iria gerar confusão e barulho), 20% gostariam de ter espaços de lazer/exteriores para passear, 16% gostariam de ter mais comércio na proximidade. Apenas cerca de 14% apontam a falta de uma creche para as crianças.

Figura 23- Necessidades de Equipamentos e Serviços



Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitetura de Lisboa. 2013. Dados: Tomás, Ana Mafalda, Realojamento social em Portugal, 2011

Figure 24- Outras Necessidades de Equipamentos e Serviços

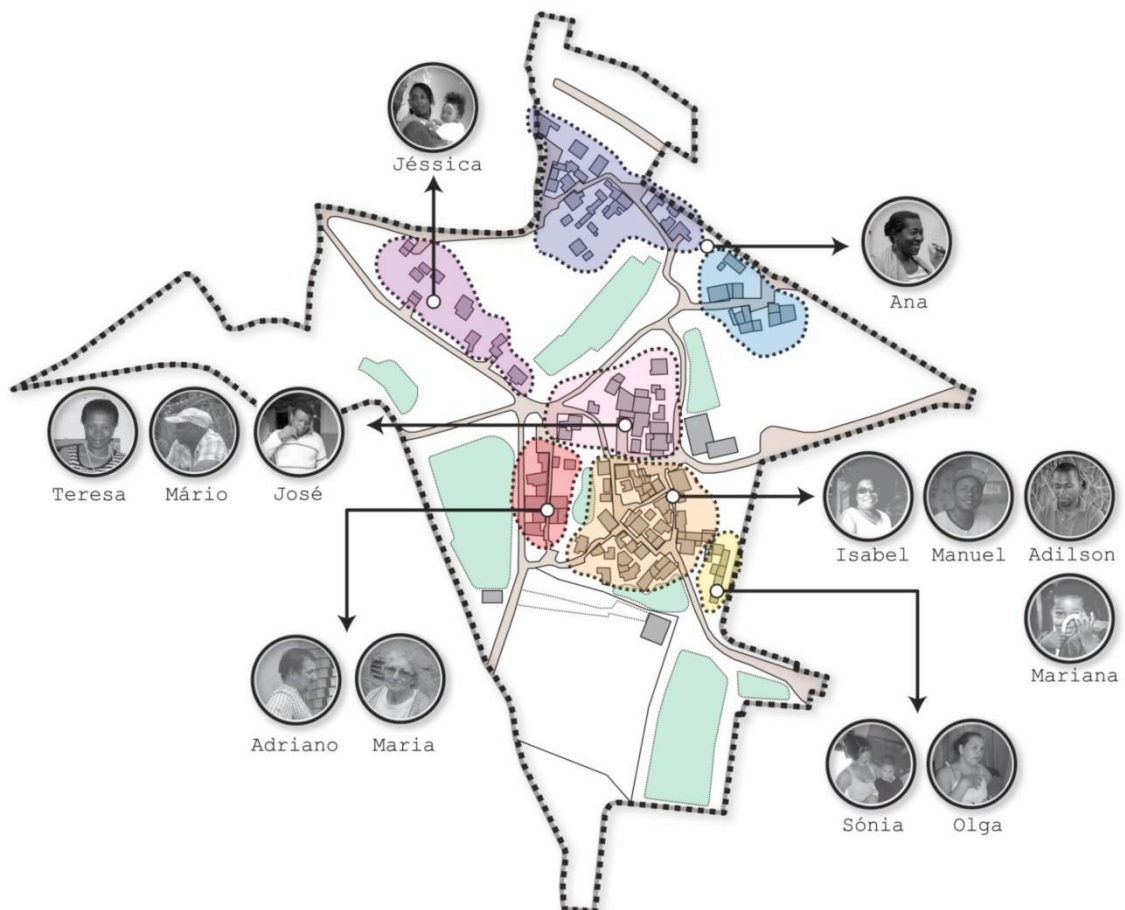


Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitectura de Lisboa. 2013. Dados: Tomás, Ana Mafalda, Realojamento social em Portugal, 2011

Entrevistas aos moradores do bairro

Neste ponto, apresenta-se uma breve síntese de 12 entrevistas realizadas a alguns moradores. O objetivo foi conhecer com uma certa proximidade as necessidades e vivências dos moradores. Estas entrevistas foram realizadas pela turma D do 5º ano de Projeto, no 1º semestre do ano lectivo de 2012/2013, para uma análise do Bairro do Barruncho.

Figura 25- Moradores entrevistados e localização da sua habitação no Bairro



Fonte: "Análise Bairro do Barruncho", Turma 5D, Faculdade de Arquitetura de Lisboa. 2013.

Entrevistada 1: ISABEL MORENO



59 Anos | cabo-verdiana | 4ª classe | morada-nº 38 (PER) | 1987

CASA I FAMÍLIA

.Agregado familiar: 6 pessoas; mora com o marido, filho de 14 anos, filha de 28 (mãe solteira) e dois netos

.Emprego: Reformada há 2 anos (antigo trabalho nas limpezas); o marido encontra-se incapacitado por doença; a filha trabalha na Telepizza (Odivelas) e o filho mais novo e os netos andam na escola ao lado do bairro.

.Tipologia da habitação: 3 quartos, 1 cozinha, 1 sala, 1 casa de banho, alpendre e horta (tratada por si)

.Ocupações: Toma conta dos mais novos

.Meio de transporte: autocarro

.Não tem outros familiares a morar no bairro

BAIRRO I RELAÇÃO MORADORES

.[+] Bairro fica perto da Igreja, da praça, do posto médico, das escolas. Grande respeito entre vizinhos e sentimento de vizinhança muito próxima; há zonas (as mais baixas) onde não vai, por falta de afinidade com os moradores

.[-] Sente insegurança, sobretudo ao pé da antiga fábrica, onde se juntam “os miúdos”. Há cortes sucessivos de luz.

.Locais de convívio: na igreja e em casa; fim-de-semana / dia de festa / reuniões: em casa da D. Conceição (nº 65) ou do Sr. Pedro

.Há interação entre as diferentes gerações, em dias de festa e no dia-a-dia.

.Lazer: Reuniões da igreja; convive com vizinhos; joga cartas. Vive muito o Bairro.

EQUIPAMENTOS I ESPAÇOS PÚBLICOS

. Em falta: eletricidade e pavimentação das ruas; uma associação de moradores, um espaço de convívio para os residentes, áreas para crianças (como um parque infantil); seria positivo haver uma mercearia.

.A criação de equipamentos comuns com a freguesia da Póvoa e o contacto com pessoas de fora do Bairro seria muito positiva.

Entrevistado 2: MANUEL



46 Anos | cabo-verdiano | 4ª classe | morada-nº 38 (PER) | 2003

CASA I FAMÍLIA

Agregado Familiar: Mora com a companheira.

Emprego: Desempregado há 4 anos.

Meio de transporte: Autocarro

BAIRRO I RELAÇÃO MORADORES

[+] Afirma haver em geral proximidade entre vizinhos e convive com os seus.

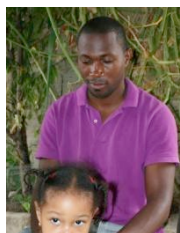
[-] Lixo espalhado pelo bairro; falta de saneamento; canas que não permitem circular à vontade no arruamento.

EQUIPAMENTOS I ESPAÇOS PÚBLICOS

Em falta: Saúde- “ Há falta de médicos; “Eu não tenho médico de família”. Cafés não são precisos. É preciso equipamentos para saúde; para actividades físicas, convívio”.

Não há lugar para festas (um salão/ associação de moradores).

Entrevistado 3: ADILSON MONTEIRO



29 Anos | cabo-verdiano | 5º ano | morada-nº 42 (PER; resid. não PER) | 2009 | O pai veio para o Bairro há mais de 30 anos (foi dos primeiros habitantes); após a sua morte há 3 anos, o Adilson ocupou a casa. Não está abrangido pelo PER, apesar de a casa ter sido inscrita; o direito ao realojamento não é hereditário.

CASA I FAMÍLIA

Agregado Familiar: Mora com a mulher e a filha de 2 anos.

Emprego: Desempregado há 2 anos.

Tipologia da habitação: Casa com 4 divisões: 1 quarto, 1 sala, 1 cozinha e 1 casa-de-banho

Meio de Transporte: Utiliza o autocarro.

É ele quem cuida da filha; quando não pode há uma vizinha que cuida dela.

BAIRRO I RELAÇÃO MORADORES

[+]: Gosta da forte relação de vizinhança do Bairro. Há em geral proximidade entre vizinhos e convive com os seus, mas há zonas do bairro que não conhece.

Locais de convívio: No dia-a-dia costuma juntar-se com vizinhos na rua, ao pé de casa. Nos dias de festa as pessoas juntam-se por vezes no nº44 (pátio do Sr. Pedro).

Lazer: Dada a sua situação financeira, não pode sair muito de casa.

EQUIPAMENTOS I ESPAÇOS PÚBLICOS

Em falta: Creche; Associação de moradores.

Entrevistada 4: TERESA



69 Anos | cabo-verdiana | 4ª classe | morada-nº 62 (PER) | Foi a primeira a construir casa naquela zona do Bairro. Morava na Ramada, em Odivelas; mudou-se por não ter dinheiro para pagar uma renda. Construiu a casa sozinha (o marido estava no Algarve).

CASA I FAMÍLIA

Agregado Familiar: Mora com o marido, o filho, o neto e por vezes com a neta de 18 anos.

Emprego: Trabalha em limpezas na Cova da Moura. O marido e neto estão desempregados.

Tipologia da habitação: A casa tem 10 divisões e uma horta tratada pelo marido.

Meio de Transporte: Utiliza o autocarro.

Tem vários familiares a viver perto de si.

BAIRRO I RELAÇÃO MORADORES

[+]: Conserva uma forte relação de vizinhança e familiaridade com o Bairro; gosta da sensação de segurança, apesar de, desde que veio para o bairro, ele já ter crescido e mudado muito. Há caras que não conhece.

A igreja tem um papel cada vez mais ativo de integração na comunidade

EQUIPAMENTOS I ESPAÇOS PÚBLICOS

Em falta: instalações de saneamento básico e pavimentação da rua. É necessária uma associação de moradores e um jardim.

Afirma ser bom criar equipamentos não só para os habitantes do bairro, mas também para a envolvente: “(...) porque antes as pessoas tinham preconceito e medo de entrar no Bairro. Foi a Irmã Cármen da paróquia que abriu as portas ao Bairro. Foi fundado um coro no bairro, e agora até já vêm grupos de jovens ao Bairro fazer jogos com as crianças...”. ~

Entrevistada 5: VITALINA (ANA MARIA)



43 anos | cabo-verdiana | 4a classe | morada-nº 15N (PER após requerimento) | 2000
Reside no Bairro há 12 anos. Morava em Chelas com os pais. Na altura, mãe solteira de 3 filhos, mudou-se para o Bairro porque a casa era muito pequena. Viveu durante meses numa divisão única com os filhos, sem instalação sanitária nem cozinha.

CASA I FAMÍLIA

Agregado Familiar: Mora com o companheiro, filho de 21 anos, filhos gémeos de 19 anos (um emigrou) e filha de 4 anos.

Emprego: Trabalha em limpezas; o marido está desempregado e o filho de 21 anos trabalha no McDonald's.

Tipologia da habitação: Casa com 7 divisões: 4 quartos, cozinha, casa de banho e sala.

Os filhos fazem atividades extracurriculares e desporto fora do bairro.

Tem uma sobrinha a morar perto de si.

BAIRRO | RELAÇÃO MORADORES

[+]: há muito convívio entre vizinhos próximos.

[-]: insegurança

Lazer: visita vizinhos, aproveita para fazer compras e a lida da casa, vai ao salão tratar do cabelo. Vai às festas que vão sendo organizadas em casa de vizinhos.

EQUIPAMENTOS | ESPAÇOS PÚBLICOS

Em falta: eletricidade; saneamento básico; limpeza do lixo; pavimentação das ruas ("vai sendo feita pelos moradores quando há dinheiro para cimento"); parque infantil; uma associação do bairro: "falta um protector do Bairro". Fundamental: criação de espaços infantis (creche, jardim infantil) e de acompanhamento escolar dos mais novos: "tudo para os tirar da rua".

A criação de espaços colectivos comuns às freguesias envolventes seria positiva pelo contacto entre moradores de zonas diferentes.

Entrevistada 6: JÉSSICA



13 anos | portuguesa, com. cabo-verdiana | 7o ano | morada-nº 30N (não PER) | 2001 Os pais mudaram-se para o Barruncho quando tinha 2 anos.

CASA I FAMÍLIA

Agregado Familiar: Mora com o pai, mãe e 2 irmãos (um deles bebé)

Os pais trabalham em Loures.

Tipologia da habitação: Casa com 6 divisões: 3 quartos, cozinha, sala, casa-de-banho, jardim e quintal tratados pelos pais

Enquanto os pais trabalham, o bebé fica na creche e a Jéssica fica em casa sozinha depois das aulas.

BAIRRO I RELAÇÃO MORADORES

[+]: Gosta do bairro, de ter muitos amigos e da sensação de segurança.

Lazer: Nos tempos livres costuma ir ter com os amigos e pratica patinagem na escola.

Locais de convívio: Nos fins-de-semana os pais organizam almoços com os amigos em casa e costumam passear fora do Barruncho – “ na segunda-feira foi ao Odivelas Park com a mãe”.

EQUIPAMENTOS I ESPAÇOS PÚBLICOS

Em falta: um jardim.

Entrevistada 7: MÁRIO



60 anos | cabo-verdiano | morada-nº 17N (PER, res. não PER) | 2005 Reside no Bairro há 7 anos. A casa pertencia a outro morador.

CASA | FAMÍLIA

Agregado Familiar: Mora com a mulher e o filho de 6 anos.

Emprego: É trabalhador por conta própria na construção civil. A mulher trabalha em limpezas em Lisboa. Como se encontra sem trabalho, costuma ficar com o filho depois das aulas.

Tipologia da habitação: Casa tem 7 divisões e um jardim.

Meio de transporte: autocarro

BAIRRO | RELAÇÃO MORADORES

Não convive com vizinhos; recebe familiares ao fim-de-semana em casa

[-]: Lixo abandonado junto à casa; o cheiro a lixo e o esgoto ao ar livre; lama causada pela falta de pavimentos.

EQUIPAMENTOS | ESPAÇOS PÚBLICOS

Em falta: creche e locais de reunião.

Entrevistada 8: SÓNIA M.



20 anos | portuguesa, com. cigana | morada no 42N (não PER) | 2007

CASA I FAMÍLIA

Agregado Familiar: Mora com o marido e o filho de 3 anos.

Emprego: Está desempregada.

Tipologia da habitação: Casa tem 3 divisões. Não tem jardim, nem horta.

Tem muitos familiares (cerca de 16) a viver perto de si.

BAIRRO I RELAÇÃO MORADORES

[-]: lixo abandonado, barulho.

EQUIPAMENTOS I ESPAÇOS PÚBLICOS

Em falta: um jardim de infância

Entrevistada 9: OLGA M.



28 anos | portuguesa, comunidade cigana | morada-nº 42N (não PER) | 1997 Reside no Bairro há 15 anos. Morava em Cascais.

CASA I FAMÍLIA

Agregado Familiar: Mora com o marido e 3 filhos.

Emprego: É vendedora ambulante. O marido é mecânico.

Tipologia da habitação: Casa tem 7 divisões, com acesso a um pátio comunitário.

Meio de transporte: Tem carro próprio.

Tem 8 familiares a morar perto de si.

BAIRRO I RELAÇÃO MORADORES

[+]: segurança que o bairro lhe transmite.

Não interage com os moradores do Bairro; há, contudo, uma relação de respeito mútuo.

[-]: lixo no meio da rua, falta de pavimentação e falta de civismo da vizinhança quando passeia os animais domésticos.

EQUIPAMENTOS I ESPAÇOS PÚBLICOS

Em falta: Iluminação pública; um espaço comum para festas dentro do bairro.

Entrevistado 10: JOSÉ C.



60 anos | cabo-verdiano | morada-nº 49 (PER) | 1974

CASA | FAMÍLIA

Agregado Familiar: Mora com mulher, 5 filhos e outros 4 familiares.

Emprego: É desempregado. Trabalhava na construção civil.

Tipologia da habitação: Casa tem 7 divisões.

Meio de transporte: Tem carro próprio.

Tem familiares a morar perto de si.

BAIRRO | RELAÇÃO MORADORES

[+]: Gosta do Bairro pela sensação de pertença.

Vive muito a comunidade familiar.

Entrevistado 11: ADRIANO S.



55 anos | português | morada-nº 3 (PER) | 1963 Foi dos primeiros moradores do bairro (desde os 6 anos). Os seus pais construíram a casa e pagavam renda ao proprietário da Quinta do Barruncho.

CASA | FAMÍLIA

Agregado Familiar: Mora com mulher e 2 filhos.

Emprego: É desempregado. Trabalhava na construção civil (da A8).

Tipologia da habitação: Casa com 5 divisões, com uma arrecadação e garagem.

Meio de transporte: Tem carro próprio.

Não tem familiares a morar no Bairro.

BAIRRO I RELAÇÃO MORADORES

[-]: Sente insegurança no Bairro.

Dentro do bairro não sai da zona da sua casa nem se dá com os vizinhos: “...não conheço 98% das pessoas do Bairro...”.

Entrevistada 12: MARIA CRISTINA ALVES



67 anos | portuguesa | morada-nº 6 (PER) | 1962 Foi das primeiras moradoras do Bairro.

CASA I FAMÍLIA

Agregado Familiar: Mora com filho e neto de 20 anos.

Emprego: É reformada.

BAIRRO I RELAÇÃO MORADORES

Tem familiares a morar perto, mas não dentro do bairro.

Não costuma sair muito do bairro

Capítulo 4. Proposta projetual

Após analisarmos as características do território em análise, iremos agora apresentar os objectivos e a estratégia da proposta de intervenção, assim como a explicação do novo projeto e da forma como os elementos analisados hão de servir de base à proposta de intervenção.

4.1. Objectivos e estratégia da Proposta

A Câmara Municipal de Odivelas determinou um conjunto de objectivos gerais a que o Plano de Pormenor para o Barruncho teria de responder. Foi pedida uma proposta de reabilitação e integração da zona.

No documento "Termos de Referência para a elaboração do plano de reabilitação do sítio do Barruncho"⁶ os objectivos específicos delineados são: i) a construção de habitação a custos controlados para realojamento "in situ", ao abrigo do "Programa Especial de Realojamento"⁷, da população atualmente residente em habitações precárias; ii) a construção de habitação a custos controlados para albergar a nova população por forma a potenciar uma maior diversidade social na área, nomeadamente a nível etário e profissional; iii) a criação de uma imagem de bairro e um sentido de comunidade entre os residentes favorecendo a vivência conjunta dos vários grupos populacionais em presença (agregados pré-existentes, novos habitantes, vizinhança próxima); iv) infraestruturar e otimizar a ocupação do solo quer em termos de uso habitacional quer em termos de espaços públicos e zonas verdes; v) promover a integração da área degradada na malha e usos urbanos envolventes através da criação de ligações viárias e pedonais e de funções urbanas complementares; vi) quebrar o isolamento da área incrementando a sua acessibilidade e simultaneamente usando-a como ponte entre a freguesia de Odivelas e a freguesia da Póvoa de Sto. Adrião; vii) resolver problemas ambientais, de higiene e de salubridade que afetam a

⁶ Documento da Câmara Municipal de Odivelas, em Abril de 2009, para elaboração do Plano de Pormenor de reabilitação do sítio do Barruncho

⁷ Programa de realojamento que visa proporcionar aos municípios condições para proceder à erradicação de barracas existentes e ao conseqüente realojamento dos seus ocupantes em habitações de custos controlados. Existe o Programa Especial de Realojamento (PER) para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. (portaldahabitação.pt,2013)

zona; viii) intervir no espaço público, de modo a que este seja um elemento agregador das diferentes etnias e estratos sociais, assumindo-se como ponto de encontro por excelência e de convergência das vivências quotidianas comuns aos residentes na área do Bairro.

A proposta que definimos para a zona pretende responder a estes objectivos e foi elaborada com suporte da análise feita ao bairro, nomeadamente a partir do conhecimento das relações sociais existentes e da percepção do modo como os habitantes do Barruncho ocupam, interagem, transformam e pensam o espaço onde vivem. Apesar de se tratar dum espaço com algumas vulnerabilidades, ele também é dotado de um conjunto de valores ao nível da sua organização social e espacial, proporcionando aos moradores uma vivência própria. Deste modo é-nos possível afirmar que os elementos marcantes do passado e do presente do Bairro são os que sustentam a nossa proposta, de uma forma subtil, mas importante; por mais que este bairro tenha sido excluído e marginalizado da malha urbana, os seus espaços podem ser analisados, de forma a serem incluídos sob uma nova lógica capaz de funcionar com a envolvente.

Percebemos quais são os elementos mais importantes para esta comunidade e quais podem ser inseridos na nova proposta. Segundo Hobsbawn⁸ "Uma dominação total do passado excluiria todas as mudanças e inovações legítimas, e é improvável que exista alguma sociedade humana que não reconheça nenhuma delas" (1998: 23) Desta forma entendemos que a proposta para o Barruncho deve reconhecer as identidades já presentes naquele bairro, onde o novo espaço físico permita o uso e a apreensão de referências do passado, o que, por sua vez, permite que a lembrança da população que o habita reapareça com as particularidades que a caracterizam.

4.2. Interpretação do Bairro do Barruncho

Perante os objetivos e o tema que pretendemos abordar nesta intervenção, o desenho urbano proposto foi executado tendo como ponto de partida o centro do bairro, os traços existentes e o declive do terreno. Uma vez que as barracas foram edificadas

⁸ Eric John Ernest Hobsbawm - foi um historiador marxista britânico reconhecido como um importante nome da intelectualidade do século XX

maioritariamente no centro da área de intervenção, será neste centro que se irá manter a configuração das habitações. Para o acesso a este centro, foram mantidas as mesmas entradas do bairro, e uma rede de acessos mais orgânica que teve como suporte os percursos pré-existentes.

O objetivo não consiste apenas em dar resposta ao programa de habitação social. Esse foi o ponto de partida para construir um conjunto que rompa com o estigma associado a estes programas de habitação, propondo um novo padrão assente na qualidade estética e rigor construtivo, capaz de se configurar como uma referência urbana arquitetónica.

A construção a custos controlados obriga, a par de todas as condicionantes existentes provenientes da especificidade local e do programa estabelecido, a um desenho criativo e simples.

A preservação da linha de água foi importante na medida em que é ainda uma marca da imagem do bairro pela forte densidade de vegetação em seu redor. A linha de água é acompanhada de uma ciclovia, sendo também utilizada para a criação de um parque urbano e de hortas comunitárias para a população.

A disposição das casas e a sua agregação foi planeada tendo como suporte as morfologias de agregação existentes, de forma a permitir espaços que potenciem trocas sociais entre vizinhos.

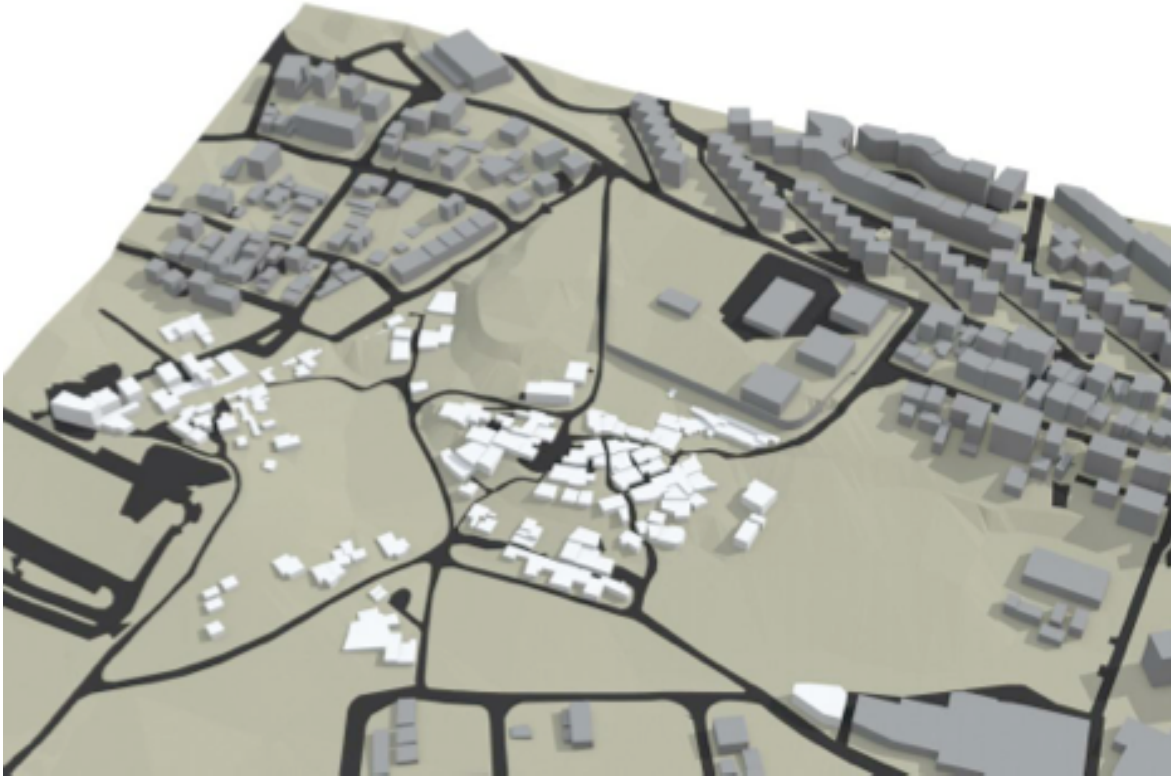
Ainda relevantes para o processo, são os equipamentos que proporcionam uma melhor dinamização do Bairro: mercado, mercearias e cafés onde os moradores podem satisfazer necessidades básicas imediatas, interagir entre si e manter relações sociais e económicas típicas das diferentes culturas existentes.

Figura 26- Planta do Plano Urbano proposto para o Bairro do Barruncho



Fonte: Planta elaborado pelo Autor

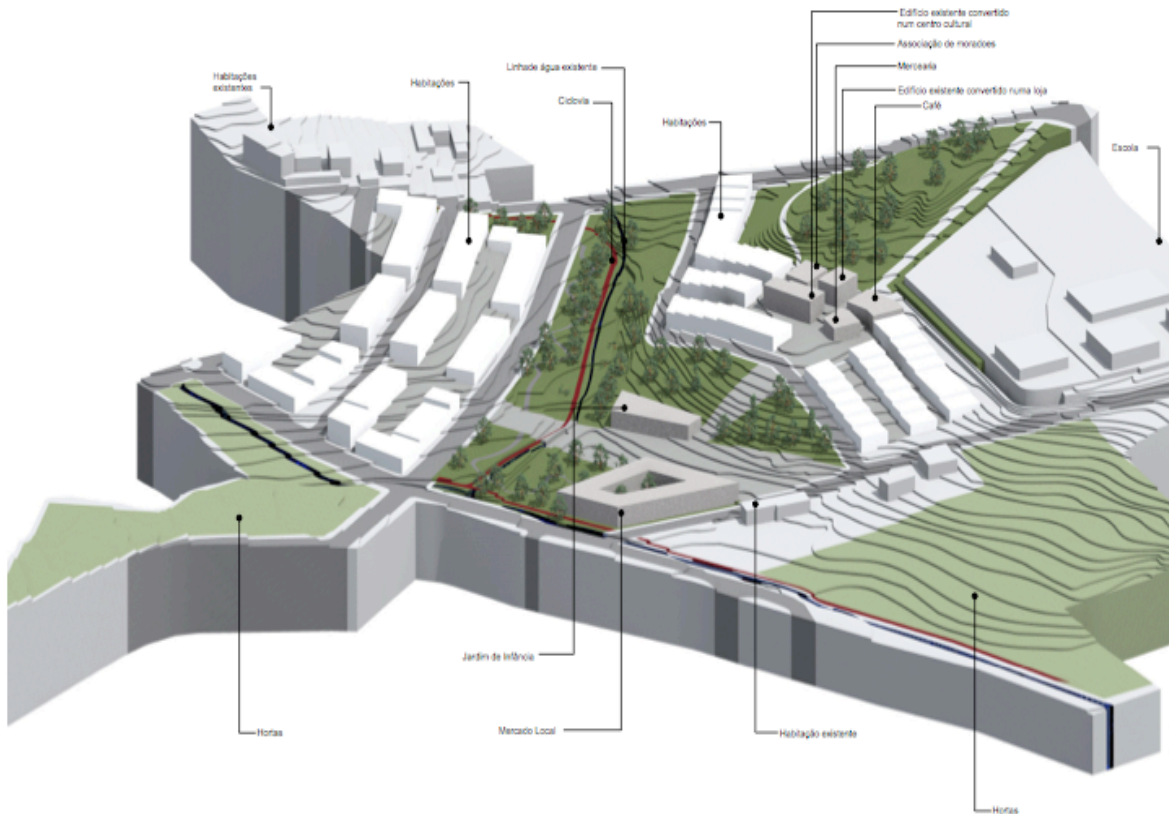
Figura 27- Modelo Tridimensional do Bairro do Barruncho



Fonte: modelo elaborado pelo Autor

A habitação proposta corresponde ao objectivo de construção de habitação a custos controlados. Foram propostas pequenas habitações num lote básico de 6.5m por 10m. Todas as habitações têm a sua varanda nas traseiras, que é uma área não construída. As casas são flexíveis e têm uma lógica evolutiva. As casas poderão crescer verticalmente até 9m de altura em três espaços. É suposto todas habitações terem a sua própria entrada. O espaço dentro das casas é desenhado para futuros acrescentos, tendo em conta os modos de vida e as necessidades dos residentes (acolhimento de familiares e aumento do agregado familiar).

Figura 28- Modelo tridimensional do Plano proposto para o Bairro do Barruncho

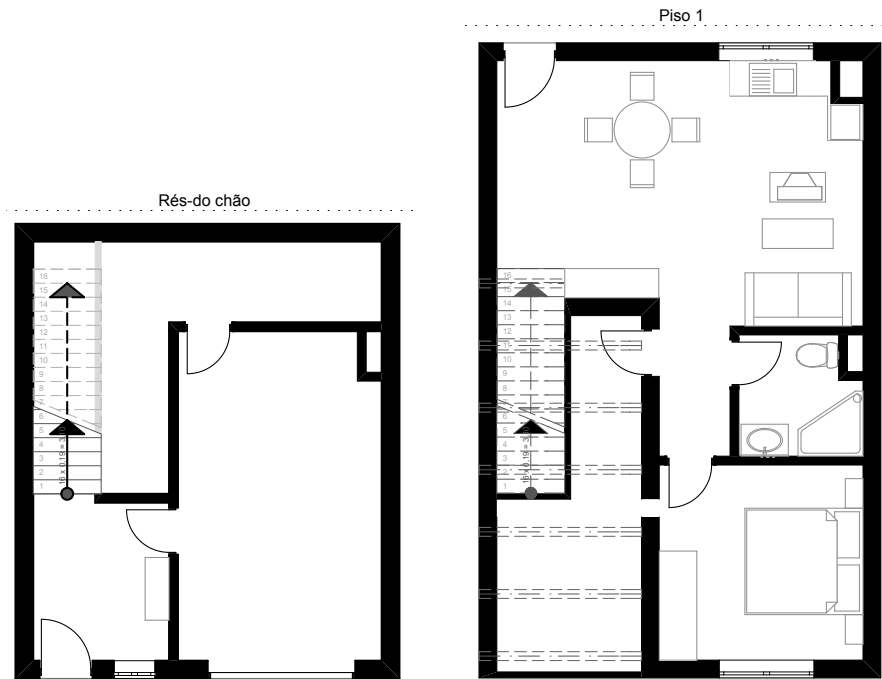


Fonte: modelo elaborado pelo Autor

T1-T2 com garagem ou espaços loja no rés-do-chão

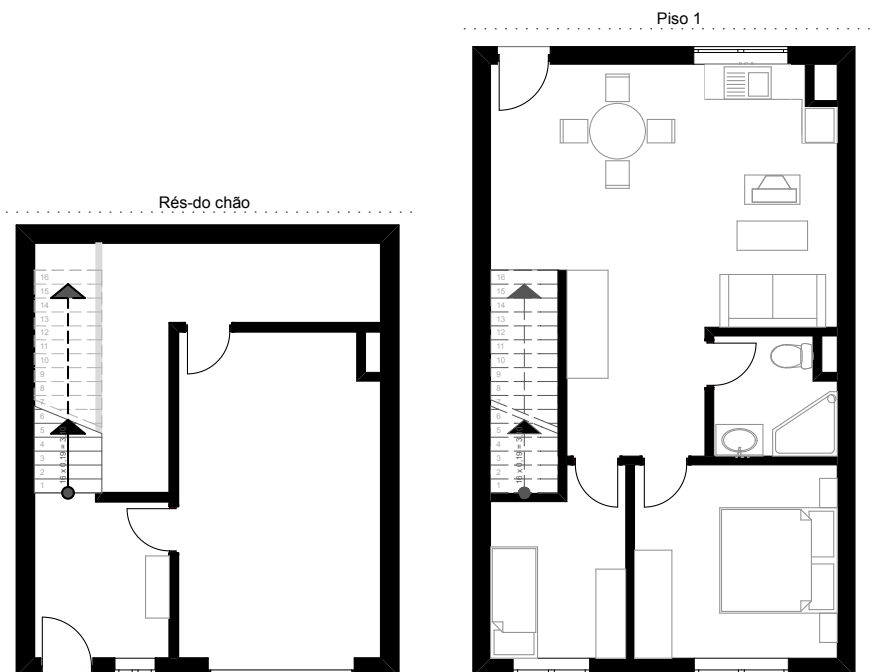
Nesta primeira tipologia temos um T1 onde o piso 0 tem 42 m², com um pequeno hall de entrada, arrecadação e um espaço para loja ou garagem. No piso 1, com 62 m², temos uma sala com cozinha, uma instalação sanitária, um quarto de casal e uma varanda. Na figura 30, encontra-se uma tipologia T2, que é a evolução do anterior T1. Foi acrescentado um quarto individual em vez da varanda.

Figura 29- T1 com garagem ou espaço para loja no rés do chão



Fonte: Plantas elaboradas pelo autor

Figura 30- T2 com garagem ou espaço para loja no rés do chão

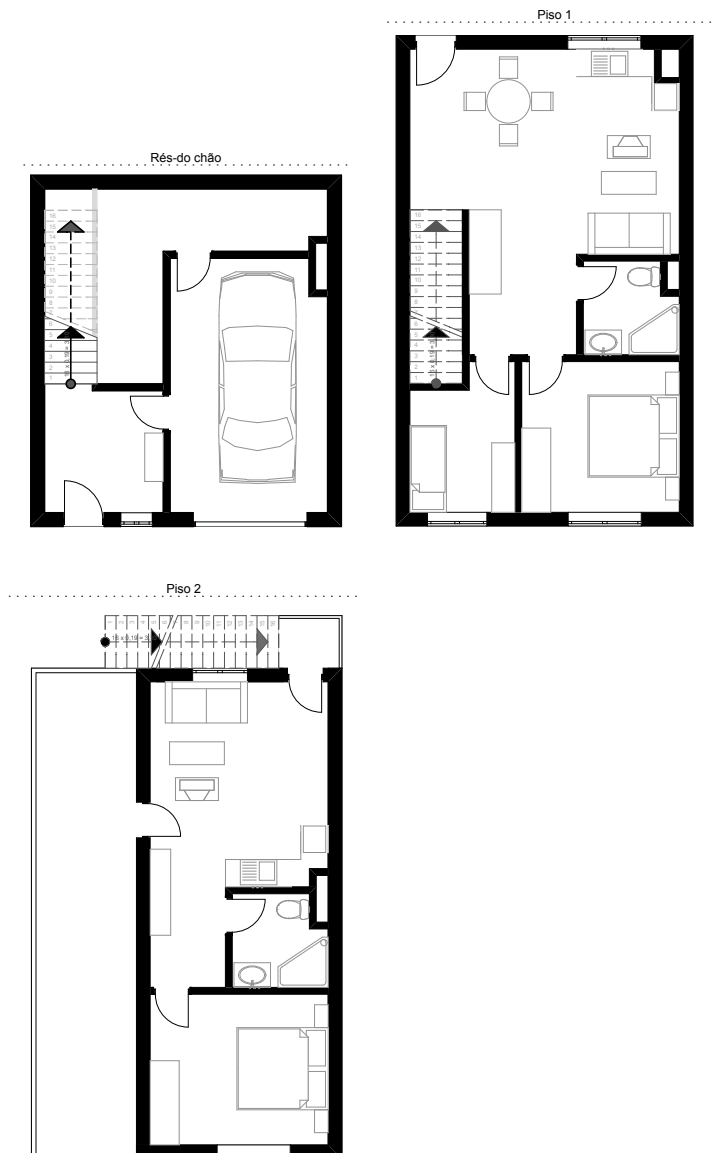


Fonte: Planta elaborada pelo autor

T3 - T4

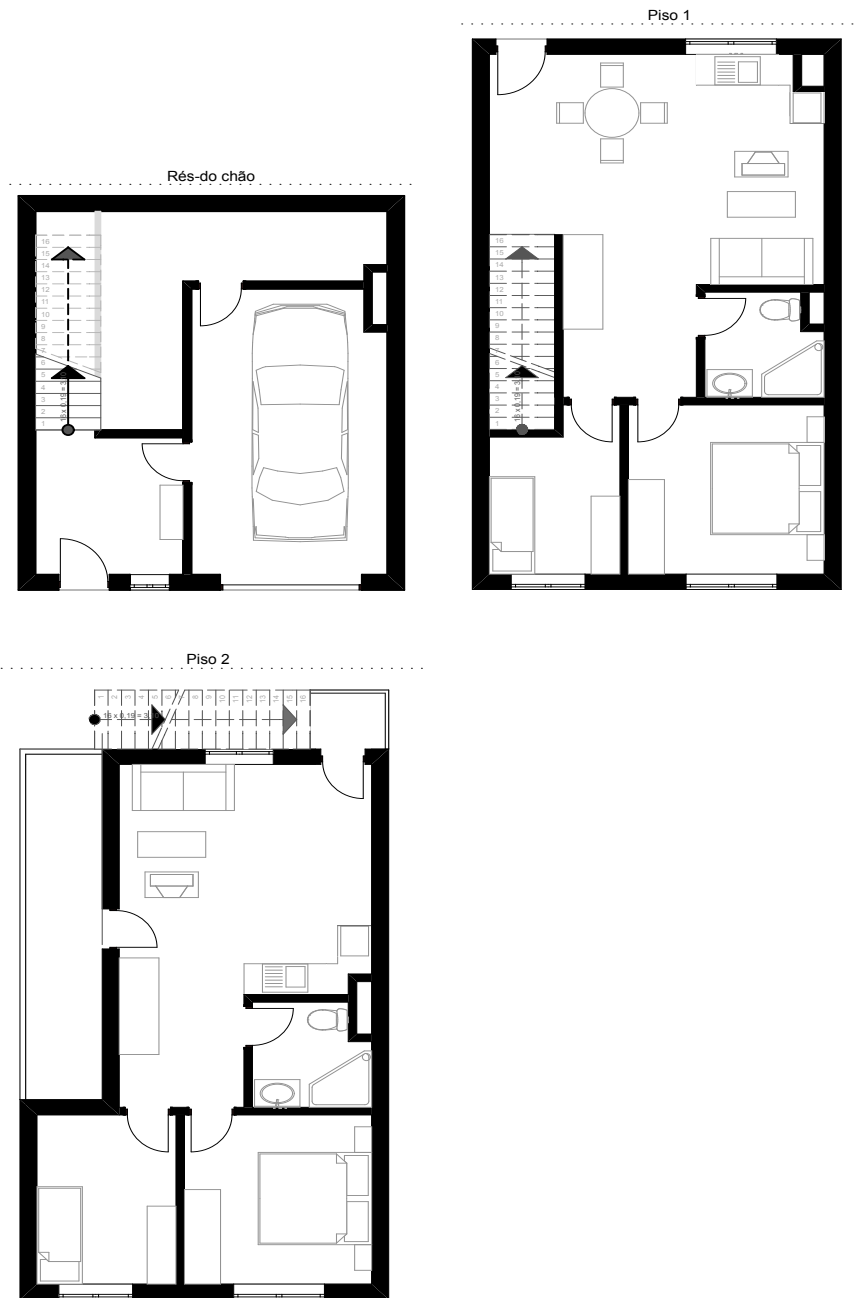
A tipologia abaixo é um T3 com três pisos, onde o piso 0 com 42m² e o piso 1 com 62m² são iguais à tipologia anterior T2. O piso 2 com 38m² tem uma entrada pelo pátio interior, e foi criado com o intuito de ser habitado autonomamente (ex: pelo filho mais velho). É composto por uma sala com cozinha, instalação sanitária, quarto de casal e varanda. Na figura 32 observa-se uma tipologia T4 igual ao T3 com mais um quarto no Piso 2.

Figura 31- T3 ou habitação conjunta para um casal e uma família pequena



Fonte: Planta elaborada pelo autor

Figure 32- T4 ou habitação para duas famílias pequenas



Fonte: Planta elaborada pelo autor

T5

A tipologia abaixo foi criada para uma família grande. É um T5 com 3 pisos onde mais uma vez o Piso 0 e o Piso 1 são iguais à tipologia T2. O Piso 3, com 50 m², tem uma entrada pelo pátio interior, é constituído por dois quartos duplos, um quarto individual, uma instalação sanitária e uma zona de arrumos.

Figure 33- T5 ou habitação para família grande

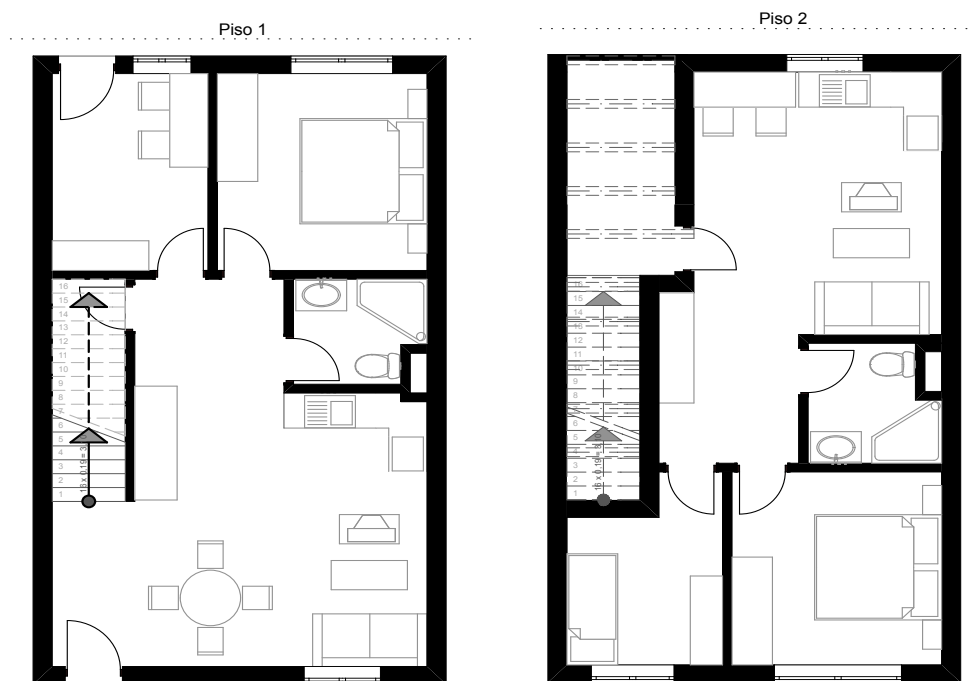


Fonte: Planta elaborada pelo autor

T3

A tipologia da figura 34 é um T3 que se distingue das outras por não se localizar numa zona com uma pendente tão acentuada. Tem 2 pisos, onde o primeiro têm 60 m² com uma sala com cozinha, dois quartos e uma instalação sanitária. O piso 2, com 60 m², é composto por uma sala com cozinha, um quarto individual, um quarto de casal, uma instalação sanitária e uma varanda onde acedem as escadas provenientes do piso inferior.

Figure 34- T2 ou habitação para família média (sem garagem)



Fonte: Planta elaborada pelo autor

Detalhes do sistema construtivo:

A ideia geral de projeto consistiu na criação de volumes simples e claros onde o sistema construtivo e o desenho interagem. Pretendeu-se também limitar a diversidade e reduzir ao indispensável todos os elementos de construção. Trata-se de um espaço facilmente humanizável, capaz de promover bem-estar e qualidade de vida aos seus moradores.

Quanto ao sistema construtivo, a nível da cobertura, consideramos uma impermeabilização com tela asfáltica e isolamento térmico, com aplicação de betão leve incluindo partículas de esferovite; optámos pela utilização de uma estrutura clássica de laje-pilar, complementada por alvenaria estrutural (blocos vazados de betão), cujo funcionamento se adapta bem aos objetivos do projeto. As paredes serão devidamente amarradas aos cruzamentos dos blocos, e serão pontualmente reforçadas com enchimento de betão e varões de aço quando necessário. As lajes serão de betão armado, e sobre as mesmas será executada uma cinta de travamento; para os pavimentos exteriores foram projetados recobrimentos em asfalto para zonas de estacionamento e ruas de circulação, e blocos de encaixe de betão para zonas de passeios; para os espaços verdes prevemos terra devidamente preparada. Nos espaços interiores foram utilizados mosaicos cerâmicos assentes em betonilha que regulariza a laje de betão armado. As paredes são revestidas de reboco pintado a branco. As escadas são de betão armado, com revestimento de betonilha aflagada com endurecedor.

De notar que os acabamentos propostos não constituem qualquer obrigatoriedade; com efeito, é nosso entendimento que as habitações poderão ser entregues aos seus utilizadores sem os acabamentos executados, ficando ao cuidado de cada um completar e mesmo melhor dividir a sua própria habitação de acordo com os seus gostos e necessidades.

Capítulo 5. Conclusão

Em jeito de breve conclusão, a proposta projetual que aqui se apresenta atende à reflexão efectuada sobre habitação a custos controlados em “espaço mínimo” crescente aplicando essa reflexão ao caso concreto do Bairro do Barruncho. Procurou-se ter em linha de conta o perfil dos residentes: população ainda muito jovem, com um elevado número de crianças entre os 0 e os 14 anos de idade; pessoas com origens étnicas e culturais diversas, sobretudo dos PALOP. No plano familiar, de uma forma geral, as famílias têm mais do que 4 pessoas, denotando-se ainda a presença de um significativo número de famílias monoparentais e nucleares.

No que se refere às suas condições sociais de existência, a maioria caracteriza-se por uma certa vulnerabilidade sócio-económica, visível na presença de baixos rendimentos e de situações de instabilidade e precariedade sócio profissional. A inserção dos homens no sector da construção civil poderá ser um dado a potencializar se pensarmos na concepção de espaços flexíveis, modulares e eventualmente semiacabados. Dos depoimentos dos entrevistados é de salientar o gosto pelo bairro e os seus atributos positivos: sentido de união e de comunidade; relações de interajuda e boas relações de vizinhança. De referir ainda que para os moradores, as necessidades do bairro são muito diversificadas, sendo de destacar as deficiências na rede elétrica, na pavimentação das ruas e na recolha do lixo, tal como a falta de espaços de reunião e de festas/comemorações e a carência de espaços destinados às crianças.

Perante esta caracterização e tendo por base a análise e leitura do lugar, a ideia chave do projeto passou por proporcionar condições de habitação dignificantes a estes moradores. Para tal, a proposta assentou na criação de habitações que configurassem a conceção de espaço mínimo adequado aos atuais habitantes do Bairro do Barruncho. Neste sentido, propôs-se um sistema leve e funcional no bairro, para que a sua condição de adaptabilidade fosse eficaz e ajustável a diferentes formas de habitar. Esta proposta articula-se com o Plano Urbano que procura recuperar a organização que se encontra presente no Bairro do Barruncho, adaptando-a à habitação em áreas mínimas e dotando-o de equipamentos públicos indispensáveis à melhoria da qualidade de vida dos moradores.

É neste contexto que elaborámos uma proposta de tipologias com capacidade de crescimento do “espaço mínimo” em função do aumento dos membros do agregado familiar. Conscientes das dificuldades financeiras dos utilizadores, os preços das “novas habitações” terão de ser muito controlados e prevemos mesmo que grande parte dos acabamentos poderá/deverá ser efectuada pelos próprios moradores, a maior parte deles (homens) operários da construção civil.

Bibliografia

Livros, artigos, teses

ARAÚJO, Luís (2011), *Espaço Público como estratégia de intervenção em áreas urbanas de génese ilegal, uma proposta para o Bairro da Cova da Moura* (Dissertação de Mestrado), Lisboa, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

CONDE, Luíz Paulo e MAGALHÃES, Sérgio (2004), "*Favela-Bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro*", Rio de Janeiro, Ed. Viver Cidades.

GHOMBART de LOUWE, P. (1967), *Famille et Habitation* CNR, Paris

GOMES, Paulo Varela- "Teoria do Sítio". Revista "NU", vol. 2, Coimbra, 2002

DUARTE, Carlos (1986), *Tendências de la Arquitectura Portuguesa, Obras de Álvaro Siza, Hestnes Ferreira, Luiz Cunha, Manuel Vicente, Tomás Taveira*, Lisboa. Trama Artes Gráficas.

FERREIRA, António Fonseca (1985), *Perfil Social e Estratégias dos "clandestinos" : Estudo sociológico da habitação clandestina na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Centro de Estudos de Sociologia do ISCTE.

JAURÉGUI, Jorge Mário (2009), "*A Cidade em Evolução: Economias Informais/Espaços Efêmeros*". Barcelona, Post-it City Cidades Ocasionais.

LIMA, Maria Ferreira de. (2011), "*OPERAÇÕES SAAL, UMA POLÍTICA URBANA VANGUARDISTA: O caso do SAAL no Bairro do Casal das Figueiras, em Setúbal*", (Dissertação de Mestrado), Lisboa, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

LOBO, Manuel Costa (1989), O loteamento clandestino e a forma de o encarar numa prática correcta de planeamento urbanístico. In *Encontros sobre construção clandestina*, Ministério do Planeamento e Administração do Território.

PINHO, J- "Fartas de viver na lama": Edições Colibri, 2002

PORTAS, N. (1969), *Funções e exigências de áreas da habitação - Habitação*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

SALGUEIRO, Teresa Barata (1977), Bairros Clandestinos na Periferia de Lisboa, In: *Finisterra Revista Portuguesa de Geografia*, XII, 23, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos das Universidades de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 28- 47;

SANTOS, Ana Isabel (2008), *Construção Urbana de Origem Ilegal, Capital Social e percepção de problemas*, Tese de Mestrado, ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa.

SANTOS, José Paulo (1993), *Álvaro Siza, Obras y Proyectos 1954-1992*, Barcelona: Gustavo Gili.

TOMÁS, Ana Mafalda (2011), *Realojamento Social em Portugal—estudo sobre as expectativas e necessidades da população residente no Bairro do Barruncho face ao futuro realojamento*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

ZUMTHOR, Peter (2006), *Atmosferas*. Barcelona, Gustavo Gili, SL.

Documentos e Legislação:

Câmara Municipal de Odivelas (1999), *Plano Director Municipal de Odivelas*, Câmara Municipal de Odivelas.

Câmara Municipal de Odivelas (2009), "Termos de referência para a elaboração do plano de reabilitação do sítio do Barruncho", Câmara Municipal de Odivelas, Abril de 2009.

Câmara Municipal de Loures (2004), *Revisão do Plano Director Municipal de Loures*, Câmara Municipal de Loures, Loures, Julho de 2004 (Revisto: Março 2006).

Bibliografia eletrónica:

http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.064/429>

<http://www.archdaily.com.br/br/01-58503/o-programa-de-reabilitacao-dos-bairros-de-favelas-do-rio-de-janeiro>

http://www.cmodivelas.pt/extras/pdm/anexos/Vol_4_2/V4.2_VI_Habitacao.pdf

http://www.slideshare.net/miguel_gadelho/estudo-da-operao-saal-da-teoria-prtica-15415594

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Bergson> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Freud> https://pt.wikipedia.org/wiki/Maurice_Halbwichs

<https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%A9vi-Strauss>

<http://www.cm-odivelas.pt/Concelho/Caracterizacao/index.htm>

<http://lusotopia.no.sapo.pt/indexPTGeoCrime.html>

http://www.oficinaa.net/index.php?article_id=31&clang=2 <http://www.europanportugal.pt/>

<http://www.aml.pt/aml/>

<http://eng.archinform.net/arch/125.htm>

https://pt.wikipedia.org/wiki/C._G._Jung

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Bachelard>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Estudo_etnogr%C3%A1fico

https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Guilherme_Cantor_Magnani

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/936/pt>

http://www.jauregui.arq.br/favelas_home.html

Anexos

Apresenta-se em anexo os painéis A1 utilizados na defesa do projeto final de mestrados reduzidos para folhas A3, relativos à proposta mostrada no capítulo 4

Painel 1- Análise do Bairro do Barruncho

Painel 2- Estratégia

Painel 3- Planta Geral

Painel 4- Esquemas e cores

Painel 5- Zona de Intervenção

Painel 6- Escala 1:200

Painel 7- Escala 1:100

Painel 8- Tipologias

Painel 9- Perspectivas

Painel 10- Pormenores Construtivos (planta)

Painel 11- Pormenores Construtivos (corte)

